



# Anais da Assembléia

N° 003

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE FEVEREIRO DE 1996

ANO XXIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB — 12:** Oriando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP — 10:** Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT — 10:** Algaci Túlio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edoardo Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB — 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermias Brandão; **PFL — 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT — 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB — 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR — 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC — 01:** Jocelito Canto.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 01ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 1996**  
**(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, Marquinhos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Mensagens:**

MENSAGEM N° 004/96

Curitiba, 24.01.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Moacir Poleti, José Maria Ferreira, Graciano Mitsuo Yagura e Luiz

Carlos Strozzi, o lote n° 86, do Imóvel Cascata, com área de 365,2300 ha. situado no Município de Pitanga.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.789.633-4/94-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita a anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI

Governadora do Estado,

em exercício

**A Diretoria Legislativa**

MENSAGEM N° 005/96

Curitiba, 24.01.96

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a João Wilson Negrelli e Victor Negrelli, o lote n° 04, do imóvel Barra Grande, com área de 111,3040 ha, situado no Município de Curitiba.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos ór-

gãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 1.555.700-1/94-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita a anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM N° 006/96

Curitiba, 24.01.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Eloir Eurick, o lote nº 09, da Gleba 15, da Colônia Boa Ventura, com área de 119,7923 ha, situado no Município de Pitanga.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 1.635.741-3/93-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita a anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta mere-

cerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM N° 007/96

Curitiba, 24.01.96

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Stefan Duhatschek, José Duhatschek, Antonio Duhatschek e Alberto Duhatschek, o lote nº 19, do Imóvel Campina dos Freitas, com área de 296,7436 ha, situado no Município de Pitanga.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 1.724.429-9/93-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita a anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 008/96

Curitiba, 24.01.96

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa

Excelência a fim de solicitar a retificação da Resolução nº 37/94, dessa egrégia Assembléia Legislativa, datada de 22 de novembro de 1994, que trata de autorização ao Poder Executivo, para alienação de área situada no Município e Comarca de Pitanga, ao Senhor Augusto Rodrigues.

Cabe esclarecer que da Mensagem nº 092/94, de 8 de agosto de 1994, então encaminhada a essa Casa de Leis em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, o número do lote constou, equivocadamente, como 37, sendo que o procedimento tratava da alienação do "lote nº 74", com as mesmas características já mencionadas.

Para elucidar plenamente o pedido ora formulado, seguem em anexo, cópia das principais peças de processo protocolizado sob nº 1.227.042-9/92-SPI.

Certo de poder contar com a atenção dessa colenda Casa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 009/96

Curitiba, 24.01.96

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Paulo Becker, o lote nº 41, da Gleba 3, Parte 2, da Colônia Boa Ventura, com área de 136,4098 ha. situado no Município de Pitanga.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 1.224.755-9/92-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no

sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BALINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 010/96

Curitiba, 24.01.96

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Gilmar Dias de Oliveira e Gilvano Dias de Oliveira o lote nº 15, do Imóvel Cascata, com área de 236,3787 ha, situado no Município de Pitanga.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 1.310.107-8/92-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 011/96

Curitiba, 24.01.96

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a José Korki e Stefano Korki, o lote n° 20, do Imóvel Campinas dos Freitas, com área de 100,4264 ha, situado no Município de Pitanga.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.724.427-2/93-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de poder contar com a atenção dessa colenda Casa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 012/96

Curitiba, 24.01.96

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a José Paulino de Carvalho, o lote n° 98 do Imóvel Cascata, com área de 112,7521 ha., situado no Município de Pitanga.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dis-

positivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.635.749-9/93-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de poder contar com a atenção dessa colenda Casa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 013/96

Curitiba, 24.01.96

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Edelvino José Centofante e Luiz Antonio Centofante, o lote n° 64, do Imóvel Cascata, com área de 132,2766 ha, situado no Município de Pitanga.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.724.428-0/93-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, in-

clusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de poder contar com a atenção dessa colenda Casa, reitero a Vossa Excelência as expressões do seu mais alto apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 014/96

Curitiba, 24.01.96

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida de, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná-IAP, alienar a Valdayr Josué Cecato, Reinor Ovídio Ceccato e Aroldo Domingos Cecato, os lotes n°s 35, 36, 43, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 80 e 82, e parte dos lotes n°s 70, 71, 72, 73 do Núcleo Assungui, com área de 197,2940 ha, situados no Município de Campo Largo.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes, do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 2.263.750-9/95-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental-IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 015/96

Curitiba, 24.01.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida de, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná-IAP, alienar a José Fernandes dos Santos os lotes n°s 66 e 66/A, do Imóvel São Sebastião-Perímetro "O" com área de 151,2050 ha, situados no Município de Adrianópolis.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes, do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.988.698-0/94-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental-IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 016/96

Curitiba, 24.01.96

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida de, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, atra-



vés do Instituto Ambiental do Paraná-IAP, alienar a Alberto Lucas Pinto Silva, os lotes n.ºs 28 e 28-A, do Imóvel São Sebastião - Perímetro "0", com área de 176,0825 ha, situados no Município de Adrianópolis.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes, do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n.º 1.988.701-4/94-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental-IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 017/96

Curitiba, 24.01.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida de, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná-IAP, alienar a Mario Medeiros dos Santos, o lote n.º 33, do Imóvel São Sebastião - Perímetro "0", com área de 123,8054 ha, situados no Município de Adrianópolis.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes, do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n.º 1.988.699-9/94-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental-IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 018/96

Curitiba, 24.01.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida de, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná-IAP, alienar a Inivaldo de Lima Farias, o lote n.º 33, do Imóvel Limoeiro, com área de 166,6229 ha, situado no Município de Adrianópolis.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes, do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n.º 1.989.466-5/94-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental-IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se re-

veste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 019/96

Curitiba, 24.01.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Albina Bassai Pianta, o lote n° 31, da gleba 4, da Colônia Boa Ventura, com área de 73,3883 ha, situada no Município de Pitanga.

Cabe esclarecer que, embora a área do imóvel seja inferior a cem hectares, a sua ocupante e seu marido Senhor José Pianta, casados em regime de comunhão parcial de bens, em outra oportunidade, adquiriram terras que, somadas, alcançam o que estabelece o mencionado dispositivo constitucional.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna pois, atendendo as disposições legais que regulam a matéria, objetiva a regularização da questionada área à sua legítima ocupante, que vem explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

O Instituto Ambiental do Paraná, procedendo vistoria no imóvel, manifestou-se favorável à emissão do título em favor da ocupante, haja vista tratar-se de produtora rural dedicada em suas atividades e de conhecimento significativo no que diz respeito às técnicas modernas de plantio direto. Também a Secretaria de Estado do Governo pronunciou-se favoravelmente.

Por último, no sentido de bem instituir o pedido e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos da matéria, é feita anexação das principais peças do processo protocolado sob n° 1.636.449-5/93-SPI.

Certo de que a questão merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 020/96

Curitiba, 24.01.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a José Pereira da Silva, o lote n° 24, do Imóvel Limoeiro, com área de 162,4629 ha, situada no Município de Adrianópolis.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.988.702-2/94-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 021/96

Curitiba, 24.01.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Antonio Gonçalves dos Santos, os lotes n°s 3 e 5, do Imóvel Sitiinho, com área de 155,3972 ha, situada no Município de Adrianópolis.



A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 1.989.468-1/94-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 022/96

Curitiba, 24.01.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Pedro Ribeiro de Farias, o lote nº 31, do Imóvel Limoeiro, com área de 197,7806 ha, situada no Município de Adrianópolis.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 1.989.467-3/94-SPI, o qual foi objeto de

pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 023/96

Curitiba, 24.01.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Clóvis José de Oliveira e Zofia Dorocinski, os lotes nºs 28, 29, 31, 32 e 33, do Imóvel Núcleo Itaperuçu, com área de 102,3770 ha, situada no Município de Morretes.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 2.148.228-5/95-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa

Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 024/96

Curitiba, 24.01.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Josélia Dalsoto Lopes Gralak, o lote n° 31/B, da gleba 4, da Colônia Boa Ventura, com área de 46,6514 ha, situada no Município de Pitanga.

Cabe esclarecer que, embora a área do imóvel seja inferior a cem hectares, a sua ocupante e seu marido Senhor Valdemar Gralak, casados em regime de comunhão parcial de bens, em outra oportunidade, adquiriram terras que, somadas, alcançam o que estabelece o mencionado dispositivo constitucional.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna pois, atendendo as disposições legais que regulam a matéria, objetiva a regularização da questionada área à sua legítima ocupante, que vem explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Cabe informar que o Instituto Ambiental do Paraná procedendo vistoria no imóvel e manifestou-se favorável à emissão do título em favor da ocupante, haja vista tratar-se de produtora rural dedicada a suas atividades, ainda, da área utilizável, o lote está sendo explorado em sua totalidade através de técnica e insumos que preconizam boa produtividade para a cultura do milho, ali explorada.

Por último, no sentido de bem instruir o pedido e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos da matéria, é feita anexação das principais peças do processo protocolado sob n° 2.470.491-2/95.

Certo de que a questão merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 025/96

Curitiba, 24.01.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa

Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Joel José Portugal Berardi, Clotelvina Aparecida Portugal Berardi Renczeczen e João Vicente Portugal Berardi, o lote n° 04, do Imóvel Borboletinha "B", com área de 110,5938 ha, situada no Município de Pitanga.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área ao seu legítimo ocupante, que vem explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob n° 1.724.430-2/93-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 026/96

Curitiba, 24.01.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida de que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Erasmo Coutinho Machado, os lotes n°s 48, 78 e 46, do Imóvel Cascata, com área de 147,6628ha, 196,1432 ha e 40,7235 ha, respectivamente, situados no Município de Pitanga.

A presente proposição é plenamente

justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes, do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 1.553.887-2/93-SPI, o qual foi objeto de pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental-IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 027/96

Curitiba, 24.01.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida de que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná-IAP, alienar a Renato Buzignani Pogetti, o lote nº 75, do Imóvel Campina dos Freitas, com área de 277,0287 ha, situado no Município de Pitanga.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal e estadual que regulam a matéria, assim como ajustando-se ao mencionado mandamento contido no art. 54, XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando-a adequadamente, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes, do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 2.157.922-0/95-SPI, o qual foi objeto de

pronunciamentos favoráveis do Instituto Ambiental-IAP e da Secretaria de Estado do Governo, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMÍLIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 028/96

Curitiba, 24.01.96.

Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 10, da Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, cumprimento dar ciência a essa egrégia Assembléia Legislativa da expedição do Decreto nº 1.208, de 20 de outubro de 1995.

O referido Decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária aos convênios firmados entre o Centro Cultural Teatro Guaíra com BANESTADO, FUNDEPAR e SANEPAR.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 029/96

Curitiba, 24 de janeiro de 1996.

Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 10, da Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, cumprimento dar ciência a essa egrégia Assembléia Legislativa da expedição do Decreto nº 1.311, de 16 de novembro de 1995.

O referido Decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária a execução do Convênio Mtv/CODEFAT/SERT/SINE/PR.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,

em exercício  
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 030/96

Curitiba, 24.01.96.

Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 10, da Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, cumpre-me dar ciência a essa egrégia Assembléia Legislativa da expedição do Decreto n° 1.480, de 20 de dezembro de 1995.

O referido Decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária à execução do Convênio entre a COPEL e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) para realização de obras da Universidade do Professor em Faxinal do Céu. -

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 031/96

Curitiba, 24.01.96.

Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 10, da Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, cumpre-me dar ciência a essa egrégia Assembléia Legislativa, da expedição do Decreto n° 1.324, de 17 de novembro de 1995.

O referido Decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária às despesas com termo aditivo ao Convênio 093/93 MMA/FNMA - para execução do projeto "Educação Ambiental Água Limpa".

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 032/96

Curitiba, 24.01.96.

Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 10, da Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, cumpre-me dar ciência a essa egrégia Assembléia Legislativa, da expedição do Decreto n° 1.360, de 24 de novembro de 1995.

O referido Decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa

Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária à execução dos convênios n°s 070/95, 042/95, 3842/95, 041/95, celebrados com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Secretaria de Estado da Educação e do Programa Nacional de Transporte Escolar - PNTE, Projeto Cesta Básica do Aluno, Professor e da Escola, Programa Nacional do Livro Didático - PNLD e também a aplicação financeira dos recursos do convênio n° 3504/94.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 033/96

Curitiba, 24.01.96.

Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 10, da Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, cumpre-me dar ciência a essa egrégia Assembléia Legislativa, da expedição do Decreto n° 1.330, de 17 de novembro de 1995.

O referido Decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária à execução do convênio firmado entre o Centro Cultural Teatro Guaíra com a Secretaria de Estado da Educação e o Instituto Educacional do Paraná.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI  
Governadora do Estado,  
em exercício

À Diretoria Legislativa.

#### OFÍCIOS

Sob o n° CTL/SEEG 003/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 510/95, de autoria do Deputado JOEL COIMBRA, por julgá-lo inconstitucional. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° CTL/SEEG 004/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 064/95, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, por julgá-lo inconstitucional. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° CTL/SEEG 005/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 039/95, de autoria do Deputado ANTONIO AN-

NIBELLI, por julgá-lo desnecessário e, portanto, contrário ao interesse público, pelo fato de tratar de matéria já devidamente regulada pelas Leis n°s 5.406/66 e 7.967/84, que autorizam a doação, aos municípios, de bens do Estado julgados inservíveis ou em desuso no serviço público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/SEEG 011/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei n° 177/95, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, por julgá-lo contrário ao interesse público, por se tratar de uma cultura que se desenvolve a nível internacional, não havendo, portanto, razão que justifique a instituição isolada de data alusiva ao "Dia da Cultura Racional no Estado do Paraná". **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/SEEG 012/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei n° 283/95, de autoria do Deputado EDNO GUIMARÃES, por julgá-lo contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/SEEG 013/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei n° 123/95, de autoria do Deputado JOÃO TECHY FILHO, por julgá-lo contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/SEEG 014/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei n° 333/95, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, por julgá-lo contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/SEEG 015/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei n° 184/95, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/SEEG 017/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei n° 386/95, de autoria do Deputado LUIZ ACCORSI, por julgá-lo contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° 23/96, do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório de Acompanhamento de Metas daquele Tribunal, relativo ao 4° trimestre de 1995, bem como o Relatório

das atividades desenvolvidas durante o exercício de 1995. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° CTL/SEEG 009/96, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n° 465/95, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° CTL/SEEG 016/96, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n° 255/95, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os n°s CTL/SEEG 002, 006, 007, 008, 010, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 027, 028, 029, 030, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 037, 038, 039, 040, 041, 042, 043, 044, 045, 046, 047, 048, 049, 050, 051, 052, 053, 054, 055/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** os Projetos de Lei n°s:

**309/95:** De autoria do TRIBUNAL DE CONTAS, que fixa, conforme especifica, a partir de 1° de agosto de 1995, o vencimento básico mensal dos cargos de Procurador-Geral junto ao T.C., Procurador do Estado junto ao T.C. e de Auditor do T.C., e adota outras providências, o qual convertido em lei, tomou o n° 11.038. **Anote-se. Arquite-se.**

**464/95:** De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a Associação União de Moradores das Moradias Bairro Novo, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o n° 11.309. **Anote-se. Arquite-se.**

**522/95:** De autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que autoriza o fornecimento de Carteira de Identidade para os estudantes, na forma que especifica, o qual convertido em lei tomou o n° 11.310. **Anote-se. Arquite-se.**

**479/95:** De autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que autoriza o Poder Executivo a providenciar para que os processos de aposentadoria, contagem de tempo, de revisão de proventos, sejam solucionados, definitivamente, dentro de 90 dias, o qual convertido em lei, tomou o n° 11.311. **Anote-se. Arquite-se.**

**530/95:** De autoria do Deputado PLAUTO MIRO GUIMARÃES, que declara de Utilidade Pública a Fundação ABC para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária, com sede e foro no Município de Castro, o qual convertido em lei tomou o n° 11.312. **Anote-se. Arquite-se.**

355/95: De autoria da Deputada VALDIR ROSSONI, que autoriza o Poder Executivo a doar a área que especifica ao Município de Bituruna, o qual convertido em lei tomou o n° 11.313. **Anote-se. Arquivo-se.**

266/95: De autoria do Deputado JOEL COIMBRA, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Doutor Camargo, o imóvel que especifica, situado na cidade do mesmo nome, o qual convertido em lei tomou o n° 11.314. **Anote-se. Arquivo-se.**

287/95: De autoria dos Deputados JOEL COIMBRA, ANIBAL KHURY E MARQUINHOS ALVES, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar escritura pública de revogação das Datas de terras que especifica, situadas no Município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.315. **Anote-se. Arquivo-se.**

285/95: De autoria do Deputado JOÃO TECHY, que dispõe que a entrada e a circulação de produtos e equipamentos apícolas no Estado do Paraná, só será permitida com o Certificado de Isenção de Esporos de Bacillus Larvae, o qual convertido em lei, tomou o n° 11.316. **Anote-se. Arquivo-se.**

242/95: De autoria do Deputado WALMOR TRENTINI, que autoriza a Secretaria de Estado da Segurança Pública edificar, no Loteamento Jardim São Jorge, Município de Paranavaí, o primeiro Distrito Policial da cidade, o qual convertido em lei tomou o n° 11.317. **Anote-se. Arquivo-se.**

162/95: De autoria do Deputado IRINEU COLOMBO, que denomina Rodovia Coluna Prestes, a PR-488, que inicia em Santa Helena, passando por Diamante D'Oeste e Vera Cruz, até a BR-277, o qual convertido em lei tomou o n° 11.318. **Anote-se. Arquivo-se.**

167/95: De autoria do Deputado JOÃO TECHY FILHO, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga os Municípios de Ibituva e Teixeira Soares, o qual convertido em lei tomou o n° 11.319. **Anote-se. Arquivo-se.**

012/95: De autoria do Deputado NELSON TURECK que, declara de Utilidade Pública a AMECAM - Associação dos Meninos de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.320. **Anote-se - Arquivo-se.**

170/95: De autoria do Deputado BETO RICHÁ que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Ribeirão Claro, o qual convertido em Lei tomou o n°

11.321. **Anote-se - Arquivo-se.**

297/95: De autoria do Deputado CÉSAR SELEME que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Manoel Ribas, com sede e foro na Comarca de Manoel Ribas, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.322. **Anote-se - Arquivo-se.**

196/95: De autoria do Deputado ÉLIO RUSCH que, declara de Utilidade Pública a Guarda Mirim de Guaíra, com sede e foro na Cidade de Guaíra, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.323. **Anote-se - Arquivo-se.**

253/95: De autoria do Deputado NEIVO BERALDIN que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Telêmaco Borba - APOSTE, com sede no Município de Telêmaco Borba, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.324. **Anote-se - Arquivo-se.**

264/95: De autoria do Deputado EDUARDO TREVISAN que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim da Figueira, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.325. **Anote-se - Arquivo-se.**

269/95: De autoria do Deputado CÉSAR SELEME que, declara de Utilidade Pública o Centro Comunitário e Social Dorcas, do Município de Toledo, com sede e foro no Município de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.326. **Anote-se - Arquivo-se.**

273/95: De autoria do Deputado NELSON GARCIA que, declara de Utilidade Pública a Associação do Núcleo de Produção da Terceira Idade de Iporã, no Município de Iporã, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.327. **Anote-se - Arquivo-se.**

278/95: De autoria do Deputado JOSÉ TAVARES que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Sabáudia, com sede e foro no Município de Sabáudia, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.328. **Anote-se - Arquivo-se.**

265/95: De autoria do Deputado EDUARDO TREVISAN, que declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Criadores, de Gelbvieh (ABCG), com sede e foro no Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.329. **Anote-se - Arquivo-se.**

331/95: De autoria do Deputado JOEL COIMBRA que, declara de Utilidade Pública



o Conselho de Assistência à Mulher Sarandiense, com sede e foro no Município de Sarandi, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.330. **Anote-se - Arquivo-se.**

348/95: De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO que, declara de Utilidade Pública a Associação da Vila Treze de Maio, com sede e foro no Município de Piraquara, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.331. **Anote-se - Arquivo-se.**

334/95: De autoria do Deputado JOEL COIMBRA que, declara de Utilidade Pública a Comunidade Social Cristã Beneficente, com sede e foro no Município de Mandaguari, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.332. **Anote-se - Arquivo-se.**

351/95: De autoria do Deputado CÉSAR SELEME que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, da Cidade de Sengés, com sede e foro na Cidade de Sengés, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.333. **Anote-se - Arquivo-se.**

350/95: De autoria do Deputado CÉSAR SELEME que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Sertaneja, com sede e foro no Município do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.334. **Anote-se - Arquivo-se.**

268/95: De autoria do Deputado CÉSAR SELEME que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Vera Cruz do Oeste, com sede no Município de Vera Cruz do Oeste e foro na Comarca de Matelândia, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.335. **Anote-se - Arquivo-se.**

360/95: De autoria do Deputado JOEL COIMBRA que, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Maringá - ABECAM, com sede e foro na Cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.336. **Anote-se - Arquivo-se.**

489/95: De autoria do Deputado SÂMIS DA SILVA que, declara de Utilidade Pública o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios do Lago de Itaipu, com sede e foro na cidade onde residir o seu Presidente, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.337. **Anote-se - Arquivo-se.**

490/95: De autoria do Deputado LUIZ CLAUDIO ROMANELLI que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Vista Alegre, com sede e foro na Cidade de Carlópolis, o qual convertido em

Lei tomou o nº 11.338. **Anote-se - Arquivo-se.**

357/95: De autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Honório Fagan, com sede e foro na Cidade de Florai, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.339. **Anote-se - Arquivo-se.**

504/95: De autoria do Deputado EDGAR BUENO que, declara de Utilidade Pública o Centro Assistencial à Família Rural, com sede e foro na Cidade de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.340. **Anote-se - Arquivo-se.**

502/95: De autoria do Deputado ÉLIO RUSCH que, declara de Utilidade Pública a Associação Municipal dos Técnicos Agrônomos, Veterinários e Engenheiros do Município de Santa Helena - ATAVE, com sede e foro no Município de Santa Helena, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.341. **Anote-se - Arquivo-se.**

492/95: De autoria do Deputado LUIZ CLAUDIO ROMANELLI que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães do Jardim Venizia - CIC, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.342. **Anote-se - Arquivo-se.**

483/95: De autoria do Deputado LUIZ CLAUDIO ROMANELLI que, declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Esclerose Múltipla, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.343. **Anote-se - Arquivo-se.**

466/95: De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO que, declara de Utilidade Pública a Banda Lyra Curitibana, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.344. **Anote-se - Arquivo-se.**

313/95: De autoria do Deputado NELSON JUSTUS que, declara de Utilidade Pública o Movimento Cívico Renovador - M.C.R. com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.345. **Anote-se - Arquivo-se.**

262/95: De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO que, declara de Utilidade Pública a Associação Ruth Schrank de Assistência a Excepcionais Portadores de Deficiência Física Não Sensorial, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.346. **Anote-se - Arquivo-se.**

259/95: De autoria do Deputado RENATO ADUR que, declara de Utilidade Pública a Organização Mundial para Educação Pré-Escolar - OMEP-BR-PR, com sede e foro nesta

Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.347. **Anote-se - Arquite-se.**

164/95: De autoria do Deputado CÉSAR SELEME que, declara de Utilidade Pública a Federação das APAEs do Estado do Paraná, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.348. **Anote-se - Arquite-se.**

159/95: De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO que, declara de Utilidade Pública o Centro de Estudos Ambientais e Urbanos, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.349. **Anote-se - Arquite-se.**

248/95: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY que, insere item "12", no inciso II - Grupo "B", do artigo 23, da Lei n° 8.933, de 26 de janeiro de 1989, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.351. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o n° CTL/SEEG 056/96, da Senhora EMILIA DE SALLES BELINATI - vice-Governadora do Estado, comunicando seu afastamento do País, no período de 02 a 11 de fevereiro de 1996, com destino ao Paraguai, para tratar de assuntos particulares, além de, na oportunidade, cuidar de assuntos de interesse do Estado ligados ao MERCOSUL. **Ao Conhecimento da Casa.**

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado o Regime de Urgência para as Mensagens do Governo do Estado, cujos números se seguem: 04, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 19, 24, 25, 26 e 27/96, todas elas do dia 24/01/96, que tratam da regularização da situação de assentamentos de terras na Região do Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) RENATO ADUR

##### REQUERIMENTO N° 054

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a ouvida do Plenário, a convocação do Exmo. Sr. Ingo Henrique Hubert, Presidente da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, para, em Plenário, prestar os devidos esclarecimentos sobre os recentes aumentos das tarifas de energia elétrica no Estado do Paraná.

A convocação pelo presente requerida faz-se indispensável frente aos absurdos aumentos que vitimaram toda a população

paranaense nos primeiros dois meses do ano corrente, e que, em alguns casos, atingiram a espantosa percentagem de 300%. Outrossim, é ainda indispensável a convocação do Exmo. Sr. Ingo Henrique Hubert face sua recusa em receber uma Comissão de Deputados, Vereadores e Lideranças Comunitárias no último dia 14 de fevereiro, onde poderiam ser prestadas as informações necessárias. Como fundamento da presente convocação, sendo a COPEL empresa pública e concessionária do serviço público, aplicável "ipso facto" as disposições do caput do art. 37 da Constituição Federal, especificamente em relação ao Princípio da Publicidade da Administração Pública.

É o que se requer.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ANGELO VANHONI

##### REQUERIMENTO N° 060

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, com fundamento no art. 97, incisos I e II c/c o § 2° do Regimento Interno desta Casa, a convocação do Senhor Ramiro Wahrhaftig - Secretário de Estado da Educação, para que venha prestar informações sobre os assuntos abaixo marginalizados:

- Falta de carteiras escolares, nas escolas da rede estadual;
- Falta de professores no quadro próprio do magistério;
- O porquê do grande número de alunos nas salas de aula, quando todas as orientações, informações e decisões dos órgãos da educação, tanto nacional como internacional, dizem que o máximo de alunos em sala de aula não deve ultrapassar vinte e cinco alunos;
- O baixo vencimento dos professores, que receberam promessa de melhoria, com advento do programa "Cidadão Nota Dez", e outros assuntos que poderão aparecer no decorrer da presença dele nesta Casa de Leis.

Certo de vermos nossa solicitação mais uma vez atendida por Vossa Excelência, antecipamos agradecimentos.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) JOCELITO CANTO

##### REQUERIMENTO N° 001

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento ocorrido em 01/01/96, da Senhora Helena Szechlichting.

Esta pessoa ajudava muito a comunidade de Ponta Grossa, deixou enlutados não so-

mente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-la.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dado ciência à família enlutada, à rua Lopes Trovão, 615 - Vila Estrela - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiada à família de Idair Ceccato Guancino, ex-vereador de Francisco Beltrão, ex-funcionário desta Casa e assessor da Secretaria de Estado dos Transportes, manifestação de profundo pesar desta Assembleia Legislativa pelo seu falecimento, ocorrido no dia 24 de fevereiro.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) VALDIR ROSSONI

#### JUSTIFICATIVA:

Tem o presente, a finalidade de prestar uma última homenagem, ao amigo, funcionário exemplar e político, e de demonstrar nosso reconhecimento e respeito pelo trabalho que desenvolveu em favor do Sudoeste do Paraná, e à sua pessoa humana.

Sua memória e seu comportamento, em todos os setores de sua vida, ficarão como exemplos de honradez, integridade e, principalmente, de lealdade aos princípios que sempre nortearam suas ações.

#### REQUERIMENTO N° 008

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Senador Nelson Carneiro, ocorrido dia 06/02/96, no Rio de Janeiro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 85 anos, faleceu, no Rio de Janeiro, dia 06 de fevereiro/96, o ex-Senador Nelson Carneiro.

O extinto deixou 03 filhos: Jorge Miguel, Luisa e Laura, esta Deputada Federal.

Nascido a 08 de abril de 1910, em Salvador, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia.

Foi o autor da Lei do Divórcio. Começou sua carreira política na Bahia, sua terra natal, em 1946, quando assumiu a vaga de suplente na Câmara dos Deputados.

Foi Deputado Federal, por três vezes, pelo Rio de Janeiro. De 1970 a 1986, foi também por três vezes, Senador da República, pelo Rio de Janeiro.

O passamento do ex-Senador Nelson Carneiro, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Nelson.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Nelson Carneiro, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

O Senhor Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoi a família do ex-Senador Nelson Carneiro para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Nelson sob a sua constante proteção, para que, renovado pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nosso coração, fazendo com que nossas preces de abram em todas as dimensões, guiando-nos sempre, e por toda a parte, com a luz celeste, para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos destes participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Carneiro, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 009

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Sarah Kubitschek, viúva do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, ocorrido dia 04/02/96.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Aos 87 anos de idade, faleceu Dona Sarah Kubitschek, dia 04/02/96, em Brasília.

lia, onde residia.

Sarah Kubitscheck era viúva do ex-Presidente Juscelino Kubitscheck. Deixou duas filhas: Maristela e Márcia, e sete netos.

O passamento de Dona Sarah veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos.

Dona Sarah Kubitscheck era Presidente do Memorial JK, centro cultural em homenagem ao presidente que fundou Brasília.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de sua serva Sarah.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a simpatia do povo brasileiro.

O céu será grande e a paz sobre Dona Sarah e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família de Dona Sarah Kubitscheck para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará sua serva Sarah sob a sua constante proteção, para que, renovada pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Kubitscheck, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Paulo Teixeira de Freitas, ocorrido em 02/01/96.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Em data de 02 de janeiro/96 faleceu, nesta Capital o Dr. Paulo Teixeira de Freitas.

O extinto deixa viúva Dona Glaci e quatro filhos.

O passamento do Dr. Paulo veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Paulo.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Dr. Paulo Teixeira de Freitas e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto a pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Dr. Paulo Teixeira de Freitas para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Seu servo Paulo sob sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Teixeira de Freitas, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 013

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente, subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento ocorrido em 01/01/96, do Senhor Victorio Nadalin.

Esta pessoa ajudava muito a comunidade de Ponta Grossa, deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, sito à Rua Júlia Lopes, 396 - São José - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas funções e atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da

sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento Aroldo França Caron, Médico Veterinário do Centro de Diagnósticos Marcos Eurietti, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, ocorrido no dia 22 de fevereiro de 1996, nesta Capital.

Requer ainda que do presente se dê ciência à esposa, Senhora Marilda Caron e familiares, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Coronel Amazonas Marcondes nº 250 - apto. 202 "A", Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 058

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe à Casa, ouvido o Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Farid Guérios ocorrido nesta Capital na última semana.

Farid Guérios, ex-Prefeito de União da Vitória no período 1959-62, era empresário do setor de transporte e desaparece aos 76 anos de idade, depois de uma longa carreira pública e nas atividades empresariais.

Casado com a Exma. Sra. Luiza Araújo Guérios, deixa os filhos Farid Luiz, casado com Dona Mauren Domit Guérios e Janete Maria, casada com o Dr. Gilberto Griebler; deixa ainda quatro netos.

Por seus dotes de homem público, empresário e chefe de família e por seu caráter lúcido e cordial, Farid Guérios conquistou o apreço e consideração de quantos privaram, com ele, justificando-se esta manifestação póstuma da Assembléia.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO N° 061

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário REQUEREM um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Idair Ceccato Guancino, ocorrido no último dia 24, nesta Capital.

O Senhor Idair foi Secretário da ANSOP, em Francisco Beltrão, Vereador na mesma cidade, Jornalista e proprietário do Jornal "A Folha do Sudoeste", assessor do ex-Deputado Euclides Scalco, assessor do ex-Ministro Deny Lineu Schwartz e seu atual assessor na Secretaria de Estado dos Transportes; também foi assessor do ex-Deputado Ademar Luiz Traiano.

Requer-se ainda, que da decisão do Plenário dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(aa) CAÍTO QUINTANA

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO N° 020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do jovem Gilson Alcântara, do Município de Sulina - PR.

Requer ainda, que o teor do presente, dê-se ciência à família, na Cidade de Sulina - PR.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

O falecimento prematuro do jovem Gilson veio abrir lacuna no seio da família. O tempo jamais poderá apagar de nosso coração, a lembrança desse jovem que soube conquistar a amizade de todos os habitantes de Sulina.

Por intermédio deste Deputado, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Alcântara, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 021

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Antonio Dallazem, do Município de Nova Prata do Iguaçu.

Requer ainda, que o teor do presente, dê-se ciência à família, em nome do filho Pedro Dallazem.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

O Senhor Antonio Dallazem foi um dos pioneiros em Nova Prata do Iguaçu. Homem de boa índole, acreditou e não mediu esforços para ajudar no desenvolvimento e progresso do município. Formou sua família baseado nos princípios da honradez, respeito e honestidade.

Infelizmente o passamento do Senhor Antonio, deixou uma marca profunda na sociedade novapratense. O seu jeito companheiro, a sua maneira de ser não se apagará da memória de todos que o conheceram. Trata-se de uma perda irreparável e ficará a saudosa lembrança do velho e bom amigo Antonio Dallazem.

Que Deus reserve um lugar distinto para esse companheiro que marcou sua passagem por esta terra de forma positiva.

Por intermédio deste Deputado, a Assembléia Legislativa do Paraná, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Dallazem, endereçando a ela, voto

de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 022

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Rogério José Valduga, do Município de Catanduvas - PR.

Requer ainda, que o teor do presente, dê-se ciência à família, em Catanduvas.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O extinto Senhor Rogério José Valduga, pertencia a tradicional família de Catanduvas. Seu passamento irreparável veio abrir lacuna no seio da família. O tempo jamais poderá apagar de nosso coração, a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Por intermédio deste Deputado, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Valduga, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 002

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Senhor Marcello Milleo, Prefeito de Pirai do Sul, eleito o novo presidente da Associação dos Municípios dos Campos Gerais - AMCG.

A principal proposta apresentada por Marcello Milleo foi a do fortalecimento da AMCG, para um completo acompanhamento das ações do governo do Estado em relação aos municípios dos Campos Gerais.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência ao Senhor Marcello Milleo, à Praça A. Domingues, 34 - Pirai do Sul - PR.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 003

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Senhor Paulo Cesar Nocera, pela brilhante atuação como presidente da AMCG.

O Senhor Paulo Cesar Nocera, passou o cargo de presidente da AMCG ao Senhor Marcelo Milleo. Durante sua gestão, desenvolveu vários trabalhos, de grande importância aos municípios dos Campos Gerais.

Requer ainda, que a decisão desta Ca-

sa, seja dado ciência ao Senhor Paulo Cesar Nocera, à Praça Castelo Branco, 37 - Telêmaco Borba - PR.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 005

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de São João do Triunfo, pela passagem do seu 106° aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Olisses Bacil, e a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em data de hoje, o Município de São João do Triunfo vê transcorrer seus 106 anos de emancipação política. Toda a população radiante de alegria festeja a data magna do município.

É nesta ocasião que queremos prestar nossa sincera homenagem a toda essa população que com muito trabalho e dedicação vem colaborando para o desenvolvimento crescente do município.

Ao contentamento de todos, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, para prestar uma homenagem de gratidão e reconhecimento. Homenagem esta, extensiva a todos os seus administradores.

Pois, a união de povo e administração municipal, assim como a representação estadual tem trazido o progresso para São João do Triunfo.

Pelo trabalho diuturno, pelo espírito de luta que tem demonstrado, toda a população merece o nosso respeito e admiração, certos de que continuarão com muita garra na trilha do progresso.

REQUERIMENTO N° 006

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Boa Vista da Aparecida, pelo transcurso, no próximo dia 22 de fevereiro, de seus 13 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Senhor Prefeito



Municipal, Oldino José Viganó, à vice-Prefeita, Senhora Maria da Luz Enzeler Bassoler, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem toda a população de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 22 de fevereiro, o Município Boa Vista da Aparecida estará comemorando seus 13 anos de emancipação política.

Com esta proposição queremos homenagear toda a população de Boa Vista da Aparecida, que não mede esforços em prol do progresso cada vez maior do seu município.

A história de Boa Vista da Aparecida é uma história de trabalho, dedicação e luta sempre renovada pela fibra de seu povo com a colaboração de seus administradores de todos os tempos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, parabeniza toda a comunidade de Boa Vista da Aparecida, na certeza de que continuará seu importante trabalho colaborando para o desenvolvimento cada vez maior do município.

REQUERIMENTO N° 007

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Paulo Frontin, pela passagem de seus 44 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência ao Excelentíssimo Senhor Francisco Gawlouski, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Senhor Wilson Ransollin, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que recebam e cumprimentem toda a população de Paulo Frontin, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Queremos, na significativa data de 14 de fevereiro, prestar nossa homenagem a toda população de Paulo Frontin, que com muito orgulho comemorou seus 44 anos de emancipação política.

Parabenizamos também, nesta ocasião, o Prefeito Francisco Gawlouski, que através de um trabalho sério e competente e contando com a colaboração de seu povo honesto e trabalhador, vem desenvolvendo uma administração a contento.

A união de povo e administração municipal juntamente com a representação estadual, tem trazido o progresso para o muni-

cípio, cuja população é credora do nosso respeito e admiração.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, une-se ao contentamento do povo de Paulo Frontin na certeza de que o trabalho até agora desenvolvido continuará para um futuro promissor ao município.

REQUERIMENTO N° 014

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Mário Soares, Presidente de Portugal e Cidadão Honorário Paranaense, alusivos ao exercício de dois mandatos à frente do Poder Executivo daquele país, dentre os quais o segundo finda-se no próximo dia 9 de março do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada ao consulado de Portugal, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 015

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de louvor ao General-de-Divisão Antônio Araújo de Medeiros, alusivos à profícua gestão e relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná frente ao comando da 5.ª Região Militar e 5.ª Divisão de Exército, "Região Heróis da Lapa", no biênio 1993/95.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada ao Quartel General da 5.ª Região Militar e 5.ª Divisão de Exército, Rua 31 de março, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 016

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao General-de-Divisão Agnaldo Del Nero Augusto, alusivos à posse no comando da 5.ª Região Militar e 5.ª Divisão de Exército, "Região Heróis da Lapa", ocorrida no último dia 9 do corrente.

Requer ainda que do presente se dê

ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada ao Quartel General da 5.<sup>a</sup> Região Militar e 5.<sup>a</sup> Divisão do Exército, Rua 31 de Março, s/nº, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Doutor Os-  
lim Malina, Presidente da Sociedade Inter-  
nacional de Medicina Ortomolecular, alusi-  
vos à sua posse na presidência da referida  
sociedade, ocorrida no dia 4 de janeiro de  
1996, em Toronto - Canadá.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada ao Instituto Paranaense de Medicina Ortomolecular, à Rua Itupava, nº 157, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 040

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de congratulações à nova diretoria da Câmara de Valores Imobiliários do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Presidida pelo empresário Carlos Alberto Sartor de Oliveira e contando ainda com nomes de destaque no setor empresarial do Paraná, tomou posse recentemente a nova diretoria da Câmara de Valores Imobiliários do Estado do Paraná. Reunindo as mais importantes imobiliárias de Curitiba e do Paraná, a Câmara tem funcionado como um verdadeiro termômetro da situação do setor, auxiliando na orientação aos clientes e empresários quando da avaliação dos imóveis a serem comercializados. Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder a todos os eleitos, augurando-lhes uma gestão profícua e empreendedora.

REQUERIMENTO N° 041

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de congratulações à nova Diretoria da Associação dos Magistra-

dos do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Presidida pelo juiz Guilherme Luiz Gomes e contando ainda com nomes de destaque no meio jurídico do Paraná, tomou posse recentemente a nova diretoria da Associação dos Magistrados do Paraná, eleita para o biênio 1996/1997. Que o presente requerimento enseje sinceros cumprimentos deste Poder a todos os eleitos, augurando-lhes uma gestão profícua e empreendedora.

REQUERIMENTO N° 042

Senhor Presidente.

O Deputado autor o presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de congratulações à federação do Comércio do Estado do Paraná, pela comemoração dos seus 48 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1948, a Federação do Comércio do Paraná é uma instituição sindical de grau superior, filiada à Confederação Nacional do Comércio e integra o Sistema Confederativo de Representação Sindical do Comércio. Abrigando 15 sindicatos da categoria patronal, a Federação é presidida atualmente pelo empresário Rubens Brustolin e tem por objetivo maior o estudo, proteção, coordenação e representação do comércio atacadista e de prestação de serviços das categorias econômicas direta ou indiretamente enquadradas no seu universo de atuação.

REQUERIMENTO N° 043

Senhor Presidente.

O Deputado autor o presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, voto de congratulações ao Santa Mônica Clube de Campo, pela realização da 1.<sup>a</sup> Maratona Cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Realizada no final de 1995, a 1.<sup>a</sup> Maratona Cidade de Curitiba mostrou, já na sua estréia, que veio para se tornar parte do calendário esportivo do país. Contando com 1.078 atletas de todo o Brasil, a Maratona primou pela qualidade e excelente organização. Possível graças ao empenho dos diretores, funcionários, associados e patrocinadores, a Maratona demandou 11 meses de trabalho e mais de 500 voluntários que trabalharam no dia da prova: escotei-

ros, policiais, médicos, professores e outros. A cada um deles os sinceros cumprimentos do Poder Legislativo pela colaboração emprestada a esse memorável evento.

## REQUERIMENTO N° 044

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de congratulações ao advogado Ulisses Maia, pelo lançamento do livro "Eleições 96 - Comentários à Nova Lei Eleitoral".

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

o livro "Eleições 96 - Comentários à Nova Lei Eleitoral", de autoria do advogado maringaense Ulisses Maia e editado pela Juruá, aborda a Lei n° 9100, de 29.09.95; Lei n° 9096, de 19.09.95; Lei Complementar n° 64/90 e o calendário das próximas eleições. Disse o eminente magistrado Miguel Kfoury Neto, no prefácio ao livro: "a obra é pioneira - e isto exalta ainda mais os méritos do autor. Prefaciá-la é inexcusável honraria".

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder ao jovem advogado Ulisses Maia, pela brilhante investida no campo das letras jurídicas, augurando crescente êxito.

## REQUERIMENTO N° 059

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inserido em ata, um voto de congratulações pela investidura do Dr. Cyro Mauricio Crema no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

O Dr. Cyro Mauricio Crema teve oportunidade de exercer a magistratura em outros Estados, mas preferiu prestar concurso para Juiz de Direito no Paraná, elegendo nossa terra como lugar de exercício de uma carreira que o levou sucessivamente aos mais altos postos da nobre especialização, até chegar à cúpula do Poder Judiciário paranaense.

Com efeito, sua posse foi prestigiada pelas mais representativas figuras do sistema político-administrativo estadual, quando Sua Excelência foi investido pelo ilustre Desembargador Claudio Nunes do Nascimento na Sala da Presidência do Tribunal de Justiça. Cyro Crema, que disse da "alegria do puro cumprimento do dever" de quem chega ao Tribunal "para cumprir os deveres de cidadão e de magistrado", merece, por sua ascensão, as manifestações de alegria e congratulações da Casa representativa do povo paranaense.

Merece, sobretudo, encômios por sua manifestação sobre o estado de espírito do cidadão elevado à judicatura na sociedade democrática de nosso tempo: "Feliz do juiz pacificado, não se tortura, nem se culpabiliza. Terminado o seu ofício, envolve-se em paz, fruto de sua justiça. Exausto, mas realizado, experimenta a alegria do puro cumprimento do dever".

Parabéns ao eminente Desembargador Cyro Mauricio Crema, com votos de um mandato realizador e de alta integridade nas novas e elevadas funções a que foi, por mérito e competência, elevado.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ANIBAL KHURY

## REQUERIMENTO N° 019

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Luiz Carlos Kuster, Diretor-Geral do DER, solicitando a construção de redutores de velocidade, próximos ao trevo de acesso à Usina de Alcool Julina, PR-323, Município de Tapejara.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) EDNO GUIMARÃES

## JUSTIFICATIVA:

O presente pleito justifica-se pelo grande número de acidentes que ocorrem naquele local, por motivo do grande tráfego de veículos automotores, notadamente aos problemas advindos com o fluxo de caminhões à Usina de Alcool Julina, próxima a Rodovia PR-323, Município de Tapejara.

## REQUERIMENTO N° 023

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente aos Senadores solicitando a aprovação em caráter de urgência, do Projeto de Lei n° 4555/94, já aprovado na Câmara Federal.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

## JUSTIFICATIVA:

Tal projeto estabelece o piso salarial de médicos e dentistas. Atualmente este piso é definido pela Lei n° 3999/61 que dispõe que o piso salarial é de 3 (três) salários mínimos, totalmente insuficiente para vida digna e profissional.

É impossível a aquisição de qualquer livro ou material necessário para o exercício da profissão.

Pedimos aos Senhores Senadores a aprovação o mais rápido possível.

## REQUERIMENTO N° 024

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Reinhold Stephanes, Ministro da Previdência e Assistência Social.

- Considerando que milhões de trabalhadores encontram-se desempregados ou subempregados.

- Considerando que milhões de trabalhadores não conseguem aposentar-se por não conseguirem provar que trabalharam.

- Considerando que alguns privilegiados aposentam-se antes dos 50 anos.

- Considerando que milhares de trabalhadores, trabalham em regime de escravidão ou semi-escravidão.

- Considerando que muitos empresários inescrupulosos sonegam a previdência.

- Considerando que muitos empresários exploram o trabalho infantil.

- Considerando que muitas denúncias são feitas e poucas são investigadas.

Solicitamos que este Ministério investigue urgentemente a grave situação da exploração de crianças no nosso País. E que se inicie pela reportagem da Revista Atenção nº 2 "Quem lucra com o trabalho infantil".

Solicitamos cópia da decisão que este Ministério tomará.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO N° 025

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Paulo Paiva, Ministro do Trabalho, seja tomada providências em relação à grave situação de vida de muitas crianças, conforme denúncia da Revista Atenção nº 2, em sua reportagem de capa "Quem lucra com o trabalho infantil".

Que as ações tomadas seja dada a conhecer a este Parlamento.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

A Revista Atenção nº 2 fez excelente trabalho ao levantar a situação de milhares de crianças que trabalham. Algumas em regime de escravidão ou semi-escravidão. A reportagem indica endereço de empresas, nome das mesmas e locais de trabalho. Não pode este Ministério alegar desconhecimento, é necessário ação rápida com consequente solução.

#### REQUERIMENTO N° 026

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Nelson de Azevedo Jobim,

Ministro da Justiça, seja tomadas providências em relação a reportagem-denúncia da Revista Atenção nº 2 em sua matéria de capa "Quem lucra com o trabalho infantil".

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

Não pode a sociedade brasileira conviver com esta situação de miséria, opressão e exploração de nossas crianças. A reportagem traz informações importantes, nome e endereços de empresas que agem ilegal e criminosamente. Cabe a este Ministério pedir investigações e punir os culpados.

#### REQUERIMENTO N° 045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Engenheiro Chefe do DNER, Dr. João Alberto Sautchuk, solicitando o máximo empenho na restauração da BR-277, trecho Palmeira - Irati, fechada completamente em virtude de afundamento da pista na altura do Km 207.

Com a interdição, os motoristas são obrigados a desviar por Ponta Grossa, aumentando o percurso em quarenta quilômetros.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 046

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente aos Excelentíssimos Senhores Deputados Federais pelo Estado do Paraná, solicitando votar não, à Emenda do Deputado Affonso Camargo, ao Projeto nº 1.176, do Governo Federal, que estabelece princípios e diretrizes para o Sistema Nacional de Viação (Projeto de Duplicação da BR-277), para que seja mantido seu trajeto original, ou seja, Paranaguá - Curitiba - Palmeira - Irati - Relógio - Laranjeiras do Sul - Cascavel - Foz do Iguaçu.

O projeto do Governo apenas ratifica o traçado original que é o mais curto, sem mudança de trajeto nem aumento de quilometragem, sendo portanto o mais sensato.

O que deveria ter feito o Parlamentar era incluir Ponta Grossa e Guarapuava no projeto original sem jamais ter excluído esta região.

Desta forma, em nome das entidades de classes, dos representantes políticos, das comunidades diretamente afetadas, pois caso seja aprovada a emenda pretendida pelo Deputado Affonso Camargo, ocorrerão prejuízos incalculáveis e sem precedentes na

história destes municípios.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 052

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a ouvida do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando o envio, para a Mesa Executiva desta Casa de Leis, de cópia da Carta elaborada pelo Digníssimo Presidente do BNDES, Excelentíssimo Senhor Luís Alberto Mendonça de Barros, sobre o processo de utilização das ações da COPEL como caução de empréstimo para o Estado do Paraná, onde foi prestada a informação que fundamentou a manutenção do veto do Poder Executivo ao artigo que estabelecia preço mínimo para a venda das referidas ações.

Tal informação é indispensável para propiciar aos Deputados o embasamento mínimo necessário à correta votação do veto referido. Outrossim, face a relevância do processo em exame, é inafastável a responsabilidade e o direito do Poder Legislativo em fiscalizar a tramitação e a definição de todas as matérias envolvendo a COPEL, melhor empresa pública do Estado do Paraná.

É o que se requer.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO N° 048

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, pedido de informação, ao Excelentíssimo Senhor Reinhold Stephanes Júnior, Secretário de Estado da Administração solicitando:

Esclarecimentos detalhados sobre o processo de aposentadoria da Senhora Zenilda de Araújo Vaz.

Para melhor esclarecimento encaminhamos documentação em anexo.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 049

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Reinhold Stephanes Júnior, Secretário de Estado da Administração solicitando:

Cópia de inteiro teor do processo n° 2157697/95 - OF. SEEG n° 001/95, inclusive o despacho do Senhor Governador.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 050

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado do Planejamento, solicitando informações sobre os recursos financeiros enviados à Prefeitura Municipal de Curiúva, no período de agosto de 1995 a janeiro do corrente ano, especificando os valores e a destinação.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa atender solicitação da comunidade que deseja saber dos recursos e obras e/ou serviços que foram ou serão executados no município.

REQUERIMENTO N° 051

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de informação ao Excelentíssimo Senhor Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda.

Considerando a nota publicada no informe Folha de 18/02/96, sob o título "Patrocínio", que o BANESTADO está investindo na mídia do futebol, recursos de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para patrocinar 15 comentaristas na transmissão de jogos do Campeonato Paranaense.

Conforme o disposto no Regimento Interno, solicita:

1 - Foi feita licitação pública para a contratação deste pessoal?

2 - Se a resposta for sim, quais os critérios usados para a seleção dos contratados.

3 - Qual o nome dos contratados, na duração do contrato e os respectivos vencimentos?

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 053

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a ouvida do Plenário, informações à Companhia Paranaense de Energia - COPEL - sobre o processo de compra de imóveis para indenização das famílias que terão propriedades atingidas pela futura inundação provocada pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, de responsabilidade da empresa pública acima referida.

O presente requerimento fundamenta-se no "caput" do art. 37 da Constituição Federal, principalmente no que diz respeito

ao Princípio da Transparência da Administração Pública, eis que a construção da Usina de Salto Caxias é obra pública de altíssimo valor, de responsabilidade da COPEL, empresa pública e concessionária de serviço público. Por outro lado, o acompanhamento, por parte do Poder Legislativo do Estado do Paraná, do processo de desapropriação e transferência das famílias a serem atingidas pelo lago de Salto Caxias é medida que assegura lisura ao procedimento e, em consequência, segurança à população paranaense.

É o que se requer.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO N° 011

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 132, do Regimento Interno), REQUER após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais desta Casa de Leis, pela realização magnífica e extraordinária do Seminário de Unibiótica em Paranavaí, ministrado pelo médico, engenheiro e arquiteto Dr. Jong Suk Yum, nos dias 23 a 27 deste, que abordou os temas de saúde, progresso, riqueza, sucesso e motivação.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) WALMOR TRENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

Paranavaí está realizando desde o dia 23 deste e até o dia 27 o maior seminário do Movimento Unibiótico no Paraná. A Unibiótica, que parte da concepção da formação celular do ser humano (unicélula) e o orienta para, seguindo a natureza, ter centrada a sua vivência em princípios morais, éticos, de justiça, cultura, esperança e solidariedade e consequentemente ter uma vida plena de saúde, progresso, riqueza, sucesso e motivação, arrastou mais de 700 pessoas para esse evento, que está se desenvolvendo à noite das 19:30 horas às 21:30 horas no SPDC e pela manhã das 05:30 horas às 07:00 horas.

O palestrista é verdadeiramente um estudioso. Um homem de vivência ímpar. Uma figura humana que todos deveriam conhecer. Uma pessoa de idéias extraordinárias. Um grande valor humano. Um sábio, preocupado com o nosso tempo. Preocupado com a nossa gente. Assim é o Doutor Jong Suk Yum.

Estive pessoalmente no Seminário no domingo pela manhã. Senti a alegria de todos os participantes. Voltei emocionado e convicto de que é possível agregar pessoas quando os objetivos são nobres, justos e sinceros.

O Movimento Unibiótico, é um movimento autônomo e isento. Sua preocupação é unicamente a saúde do ser humano. E se preocupando com a saúde do ser humano, ensina-

-o a viver saudavelmente, conservar a vida. E também guia o ser humano para uma vida de paz, de sinceridade, de autenticidade, de verdade. Enfim, nos conduz para uma vida plena.

Registro minha alegria pelo magnífico Seminário-Curso. Peço que tanto conste dos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná. E peço mais, para que as autoridades olhem muito atentamente para os benefícios dessa verdadeira revolução no campo da saúde da população. O Doutor Jong Suk Yum busca um Estado-modelo para ser exemplo de saúde, de temperança, de sucesso, de motivação. O Paraná é exemplo de Estado desenvolvido. Será também exemplo de saúde.

#### REQUERIMENTO N° 012

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 132, § 3°, II do Regimento Interno), REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais desta Casa de Leis, de publicação com título: "Revista dos EUA destaca as ações de Curitiba", contida na "Gazeta do Povo", p. 22 edição de 04 de fevereiro de 1996.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) WALMOR TRENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

A pretensão de inclusão desta matéria veiculada pela "Gazeta do Povo" edição de 04/02/96, p. 22, intitulado "Revista dos EUA destaca as ações de Curitiba", se faz necessária, posto que revela no exterior, o que Curitiba representa para nós.

Exemplo de cidade (entre as três do mundo) melhor para se viver.

A referência feita pela revista norte-americana, "Foreign Affairs" à Capital do Estado: "rara história de sucesso"; mais adiante citou Curitiba em texto com título: "cidades de esperança".

O texto faz menção aos investimentos feitos em Curitiba, para promoção social e valorização do cidadão.

"Diante da limitação de recursos, uma alternativa de destaque é o ligeirinho, desenvolvido para fazer o transporte público em Curitiba, no Brasil" (Eugene Linden, Foreign Affairs).

E prossegue o jornalista:

"Curitiba criou centros para crianças de rua e um inovador programa que faz com que os habitantes dos bairros pobres possam trocar lixo por vegetais frescos".

A finalização da reportagem, menciona que relatos sobre a Capital do Paraná são sempre úteis, especialmente num ano em que o mundo terá a oportunidade de discutir os problemas de desenvolvimento das cidades na conferência que a ONU promove em Istambul, em junho próximo.

Por isso, pedimos a inserção nos Anais do Poder Legislativo Estadual, desta



publicação, que divulga ao mundo como é Curitiba.

## REQUERIMENTO N° 027

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a inserção nos Anais da Assembléia, da reportagem "Quem lucra com o trabalho infantil" da Revista Atenção.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

## Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 003/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica referendado o Decreto Legislativo n° 003/96, de 12 de fevereiro de 1996, que autorizou o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, entre os dias 13 e 24 do corrente, com destino aos Estados Unidos da América, para participar de vários eventos e tratar de assuntos de relevante interesse para o Estado do Paraná.

Art. 2° - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(aa) ANIBAL KHURY

LUIZ CARLOS MARTINS

NELSON GARCIA

## MENSAGEM N° 034/96.

Curitiba, 09.02.96.

Senhor Presidente.

Através da presente tenho a honra de solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, entre os dias 13 e 24 do corrente mês, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, onde, a convite do Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Enrique Iglesias, e do Diretor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Fernando Zumbano, presidierei uma Comissão de Alto Nível, denominada "Comissão Latino-americana e do Caribe, sobre os Assentamentos Humanos". Esta comissão, composta por 7 eminentes personalidades latino-americanas, deverá preparar um documento a ser submetido à 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos - Habitat 2, em Istambul (Turquia), em junho deste ano.

Na oportunidade, atendendo honroso convite do Governador do Estado da Flórida, Lawton Chiles, visitarei aquele Estado, em especial as cidades de Tallahassee,

Orlando e Miami, onde proferirei palestra na Escola de Arquitetura da Universidade de Miami.

Além desses assuntos, mantereí contatos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para tratar de assuntos de interesse do Estado do Paraná.

Certo de poder contar com a costumeira atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 001/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Donatilla Caron dos Anjos, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) ANIBAL KHURY

## JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Donatilla Caron dos Anjos tem por objetivo prestar assistência aos educados da Escola Estadual Donatilla Caron dos Anjos e representar os reais interesses da comunidade do Bairro do Guabirotuba junto à escola, para um aprimoramento educandos dos seus membros.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 002/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Fundação Júlio Moreira, instituição particular sem fins lucrativos, criada em abril de 1977 pelos Rotary Club's do Distrito 4730 de Rotary Internacional, com sede nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

## JUSTIFICATIVA:

Registrada sob n° 2958 do Livro A-2 do Cartório do 2° Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba, a Fundação Júlio Moreira, criada pelos Rotary Club's

do Distrito 4730 de Rotary Internacional, tem por objetivo conceder Bolsas de Ajuda de Custos a jovens carentes matriculados no 1º ou 2º grau de escolas públicas ou particulares, além de promover o programa de Intercâmbio de Grupos de Estudos.

Conforme se pode comprovar pela documentação que instrui o presente projeto de lei, a Fundação Júlio Moreira preenche todos os requisitos legais a sua declaração de Utilidade Pública, eis que, possui personalidade jurídica, está em efetivo funcionamento, inclusive com a prestação de contas referente ao ano de 1994 aprovada pelo Ministério Público do Paraná, não tem fins lucrativos, presta desinteressadamente serviços à comunidade e sua diretoria não percebe qualquer remuneração, dividendo ou gratificações.

Outrossim, a Fundação Júlio Moreira já foi reconhecida de Utilidade Pública Municipal através da Lei nº 8.727, de 26 de outubro de 1995.

Tratando-se de uma entidade com objetivos de elevado alcance social, temos a plena convicção de que contaremos com o apoio dos nobres Pares desta Casa para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 003/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro de Estudos Filosóficos de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

PROJETO DE LEI Nº 004/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir, nas escolas de 1º e 2º Graus da rede pública estadual, o ensino da Língua Espanhola como opção para a matéria "Língua Estrangeira Moderna".

Art. 2º - O ensino da Língua Espanhola deverá ser implantado nas escolas da rede pública estadual e nos Centros de Língua Estrangeira Moderna - CELEM, através de ato próprio do Poder Executivo, respeitada a legislação pertinente.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Educação tomará as medidas necessárias para dotar os estabelecimentos que implantarem o ensino da Língua Espanhola, dos docentes habilitados requeridos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Por entender que o objetivo fundamental do MERCOSUL é a busca do crescimento econômico, não podemos desconsiderar a importância dos aspectos estratégicos e da necessidade de "crescer juntos" para melhor nos inserir no sistema econômico internacional. Essa vontade, expressa nos diversos documentos já firmados entre os quatro países que compõem, deverá criar, ao longo do processo de transição, uma cultura comum, condição indispensável para a existência de uma disciplina comum.

Nesse sentido, diversos acordos foram selados no âmbito dos respectivos Ministérios responsáveis pela educação, envolvendo vários aspectos, dentre os quais destaca-se a linguagem como instrumento de comunicação entre os povos e elemento constituinte de uma base cultural comum.

Diante do contexto que se nos apresenta através do crescimento e solidificação do MERCOSUL, fica óbvio que o conhecimento da língua espanhola abre muitas portas para emprego no mercado de trabalho.

O Artigo 205 da Constituição afirma: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

A Constituição Federal autoriza o Estado a legislar concorrentemente sobre o tema em seu artigo 24, IX, o que está também estatuído no art. 13, IX, da Constituição Estadual - "Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre... IX - educação, cultura, ensino e desportos".

Não ofertar a língua espanhola nas escolas públicas, portanto, é estar fora do atual contexto e em débito com a própria Constituição Federal e, no mínimo, omissa para com a Constituição Estadual.

Assim sendo, não há como deixar de valorizar o ensino da língua espanhola, especialmente nas escolas do Paraná, porta de entrada para os países do MERCOSUL, graças as suas fronteiras com o Paraguai e Argentina.

A Lei nº 5692/71 estabelece, na grade curricular, a obrigatoriedade do ensino de Língua Estrangeira Moderna, sem especificar qual seria. Por outro lado, a normatização das disciplinas curriculares, para a Educação Nacional, é matéria afeta aos Conselhos de Educação competentes.

No entanto, nada impede que, no âmbito da rede pública estadual, no leque das op-

ções linguísticas ofertadas, seja apresentada a língua espanhola que, ao lado das demais, contribuirá para a ampliação do horizonte cultural dos alunos paranaenses.

Propomos, portanto, que o Espanhol faça parte desse leque de opções ofertadas pela rede pública estadual, inclusive no Centro de Ensino de Língua Moderna - CELEM, com criação de vagas para professores dessa disciplina nos concursos públicos ou testes seletivos.

Desta forma, sem ferir a legislação e as atribuições específicas do Conselho Estadual de Educação, o Estado do Paraná estará dando, no campo educacional, demonstração de avanço e pioneirismo na integração cultural latinoamericana.

Tecidas essas considerações, gostaríamos de contar com o apoio dos nobres Deputados desta Casa de Leis para aprovação do presente.

#### PROJETO DE LEI N° 005/96

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Será considerado o tempo de serviço prestado pelo professor que esteve há mais de 02 (dois) anos no efetivo exercício de magistério em escolas da rede pública estadual, para efeito do cumprimento do estágio probatório a que se refere o artigo 36 da Constituição Estadual em vigor.

Art. 2° - O tempo a que se refere o artigo anterior, servirá para os professores aprovados no concurso para o provimento de cargo no magistério estadual, realizado em 03 de dezembro de 1995.

Art. 3° - A contagem do tempo de serviço em um primeiro padrão, se igual ou superior a 02 (dois) anos, também será considerada como estágio a que se refere o artigo 36 da Constituição Estadual.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) IRONDI PUGLIESI

#### JUSTIFICATIVA:

O artigo 36 da Constituição Estadual em vigor, diz: "São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público". O Moderno Dicionário Enciclopédico Brasileiro, diz que: Estágio, é "situação transitória de preparação", e Probatório, é "que serve de prova; que contém prova". Ora, se considerarmos que Estágio Probatório é uma situação transitória de preparação que contém prova, ou que serve de prova, podemos dizer que um professor que já

possua dois anos ou mais de efetivo exercício de magistério, comprovado, seguramente terá cumprido o estágio exigido pela Carta Magna do Estado do Paraná. A qualidade dos serviços prestados pelo servidor a ser nomeado, já foi atestada quando da sua recontração. Além do mais, podemos afirmar, que a sua aprovação nos testes seletivos, realizados para a contratação como professor em regime da CLT, prova também a sua capacidade. Da mesma forma, entendemos que assim é com o professor que já possui um padrão, e que no concurso a que se refere o presente projeto de lei, tenha alcançado o seu segundo padrão, uma vez que as suas atribuições são idênticas, podendo-se, perfeitamente, considerar-se como cumprido o seu estágio probatório. Além do mais, essa proposição não acarretará qualquer ônus extra ao Governo do Estado, tratando-se simplesmente de uma questão de justiça e um processo de desburocratização.

Informamos aos Senhores Líderes com assento nesta Casa de Leis, que deverão indicar os membros para as Comissões Permanentes até a próxima segunda-feira, dia 04 de março.

Esgotado esse prazo, a presidência, de acordo com o inciso XIV, art. 19, do Regimento Interno, fará as indicações.

#### PROJETO DE LEI N° 006/96

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, instalar e edificar no Município de Paranavaí, o Instituto de Criminalística.

Art. 2° - O Instituto de Criminalística, deverá ter, além da edificação, todos os equipamentos e contingente necessário a fim de possibilitar a atuação efetiva em prol da segurança pública.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) WALMOR TRENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

Paranavaí é pólo regional dos principais serviços postos à disposição da população.

A segurança pública é dever do Estado e um direito de todos, sendo exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (art. 144, C.F.).

O Noroeste do Paraná, especificamente Paranavaí, sofre com a falta de alguns órgãos da segurança pública, entre eles, o Instituto de Criminalística.

Tal órgão, subordinado à pasta do de-

dicado Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, é necessário para o Município de Paranavaí e região.

Com a instalação do Instituto de Criminalística, possibilitar-se-á a realização de trabalhos periciais com o intuito de elucidar o modo como ocorrem os fatos delituosos, com as circunstâncias que o cercam, colhendo "in loco" as provas materiais pelas quais se tornam possíveis a identificação do autor dos delitos.

Quando necessária a utilização destes serviços, os usuários tem que deslocar-se até a cidade mais próxima - Maringá - distante 75 km.

Paranavaí já conta com a boa infraestrutura e toda a base econômica para abrigar este instituto tão esperado pela população, judiciário, polícia civil e militar.

Vale ressaltar que anteriormente, já fora enviado requerimento (via plenário) aprovado em 01/08/95, dirigido ao Excelentíssimo Secretário da Segurança Pública, expondo o problema e solicitando estas obras.

Por isso e em nome da segurança pública do Paraná, pedimos o apoio e a aprovação do presente, para que seja realizada a edificação do Instituto de Criminalística no Município de Paranavaí.

PROJETO DE LEI N° 007/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica autorizado à Secretaria de Estado da Saúde, Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, e Instituto Ambiental do Paraná - IAP celebrar convênios com clubes recreativos, escolas de nataçao, hotéis e condomínios, para controle e fiscalização da qualidade da água em piscinas de uso público.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.02.96  
(a) WALMOR TRENTINI.

JUSTIFICATIVA:

Uma das principais propostas de campanha do Governador Jaime Lerner e do Movimento Paraná Novos Caminhos é a melhoria da qualidade de vida do cidadão paranaense.

Com a chegada do verão, aumenta o fluxo de frequentadores de piscinas públicas, clubes, escolas de nataçao, hotéis e motéis.

Dados do Conselho Regional de Química da 9ª Região (PR) revelam que cada usuário pode transportar para a água até 4.000 tipos de bactérias (O Estado do Paraná, 31.12.95, p.09).

Compete ao Governo do Paraná, através de seus mecanismos zelar pela qualidade da

água das piscinas.

Caso a água não seja tratada, o usuário pode contrair inflamações como conjuntivite, faringite e doenças da pele, face a exposições das partes delicadas do corpo, como por exemplo olhos, boca, nariz, orelhas e órgãos genitais.

O Paraná pode melhorar a qualidade da água das piscinas de uso público, celebrando convênios entre os interessados e a Secretaria de Saúde, SANEPAR e IAP, assegurando aos banhistas a não exposição a bactérias.

O projeto de lei em questão é de relevante interesse público face a vinculação com o bem-estar e saúde dos paranaenses. Por isso, pedimos o apoio e aprovação do presente.

PROJETO DE LEI N° 008/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a criar na estrutura Secretaria de Estado da Educação, cargos públicos de psicólogos e fonoaudiólogos, destinados ao atendimento das Escolas Estaduais e Núcleos Regionais de Educação.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.96  
(a) WALMOR TRENTINI.

JUSTIFICATIVA:

É obrigatório nas escolas estaduais, um espaço (sala de aula) destinado ao aprendizado de crianças excepcionais, ou portadoras de deficiência física ou mental. Logo, necessário um atendimento diário por profissionais da área de Psicologia e Fonoaudiologia, que podem desempenhar este mister, atendendo os alunos de escolas estaduais.

Não só as escolas de grande porte, bem como as pequenas são carentes de Psicólogos e Fonoaudiólogos, dificultando assim, o acesso de alunos especiais, ao aprendizado.

Para as instituições de ensino de grande porte, é primordial dotá-las de Psicólogos e Fonoaudiólogos para avaliação e acompanhamento dos alunos. Já as instituições menores, devem igualmente utilizar os serviços dos profissionais que ficarão à disposição dos Núcleos Regionais de Educação para atendimento aos necessitados.

Com isso, estar-se-á concedendo um atendimento justo e adequado às necessidades das Escolas Estaduais do Paraná.

A pretensão é meritória e encontra

respaldo na Constituição Federal que proíbe o acesso à escola, aos portadores de qualquer tipo de deficiência.

PROJETO DE LEI N° 009/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede em Querência do Norte.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.96

(a) WALMOR TRENTINI.

JUSTIFICATIVA:

A APAE de Querência do Norte, é uma associação civil de caráter assistencial sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede em Querência do Norte (declarada de Utilidade Pública Municipal, Lei 059/95).

São objetivos da APAE congregar e solidarizar pessoas para a educação da criança excepcional independente de qualquer organização política, racial, cultural e religiosa.

Esta associação civil necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de utilidade pública.

Tendo em vista os motivos supra citados contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI N° 010/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica autorizado à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, instalar e edificar no Município de Paranavaí, o Centro Regional de Esporte.

Art. 2° - O Centro Regional de Esportes deverá ter, além da edificação, todos os equipamentos e contingentes necessários a fim de possibilitar a atuação efetiva em prol dos Municípios da AMUNPAR que congregam a Microrregião 10.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) WALMOR TRENTINI.

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Esporte e Turismo, dinamizada pelo Governo Jaime Lerner, e composta por uma equipe altamente qualificada e liberada pelo Secretário Sílvio de Magalhães Barros II, conta com diversos centros regionais, mas ao contrário das demais Secretarias de Estado, que possuem

núcleos ou escritórios regionais nas cidades-polos de Paranavaí, não está presente naquela, que tem importância e potencial esportivo e turístico.

O atendimento deste pedido elevará ainda mais o conceito do nosso atual Governo junto as microrregiões polarizadas por Paranavaí, pois dinamizará as ações e representará economia aos municípios, que através de seus governos já se dirigem naturalmente à referida cidade para tratar de assuntos abrangidos pelas estruturas regionais das Secretarias de Estado.

Com isso, estar-se-á concedendo um atendimento justo e adequado às necessidades de esporte da região.

Por isso, pedimos o apoio e a aprovação do presente, para o fim de ser instalado em Paranavaí, o Centro Regional de Esportes.

PROJETO DE LEI N° 011/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Educandário Nossa Senhora Aparecida com sede e foro em Paraíso do Norte.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.96

(a) WALMOR TRENTINI.

JUSTIFICATIVA:

O Educandário Nossa Senhora Aparecida é uma entidade filantrópica, educacional, mantida pela Província da Congregação das Irmãs (Filhas) da Caridade de São Vicente de Paulo (declarada de utilidade pública federal, Decreto-Lei 50.280/61), de Curitiba, com sede e foro na Comarca de Paraíso do Norte, de tempo indeterminado de duração.

São objetivos do Educandário Nossa Senhora Aparecida, receber alunos, independente de poder aquisitivo, oferecendo-lhes uma formação humana, cristã e científica através de seu Plano Pedagógico e do Currículo próprio. Oferece cursos de bordado e crochê, gratuitamente, para alunos da escola.

Proporciona cursos de atualização para o Corpo Docente, realiza reuniões de formação para os pais, promove campanhas caritativas, passeios de lazer, cultura e atividades extra-classes.

Acolhe todo carente que pede ajuda em alimentação, vestuário, saúde ou matrícula na escola.

Promove seus funcionários na formação humana, profissional e auxilia economicamente, quando necessário.

Além do trabalho na Escola, as Irmãs estão integradas no trabalho de Pastorais

com equipes e voluntários.

Acompanha com visitas, as famílias dos alunos carentes, orienta e ajuda na sua promoção.

Esta entidade filantrópica necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de utilidade pública.

Tendo em vista os motivos supracitados contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI N° 012/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica assim estabelecida a nova redação do art. 23 da Lei Estadual n° 8.933, de 26 de janeiro de 1989, nos termos do parágrafo 1° do art. 145 da Constituição Federal:

"Art. 23 - As alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos ou serviços, assim distribuídos:

I - GRUPO A: alíquota máxima de 25% (vinte e cinco por cento) para as seguintes operações com as seguintes mercadorias e bens:

- energia elétrica, ficando estabelecidas as seguintes alíquotas progressivas:
  - a) de 10%, para consumo mensal de até 200 Kwh;
  - b) de 15%, para consumo mensal entre 201 Kwh até 400 Kwh;
  - c) de 20%, para consumo mensal entre 401 Kwh até 500 Kwh;
  - d) de 25%, para consumo mensal superior à 501 Kwh;
- (...)"

Art. 2° - As alterações na incidência de tributos introduzidas pela presente lei terão vigência imediata, devendo a empresa concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica no Estado do Paraná proceder as alterações necessárias para a correta cobrança e recolhimento aos cofres públicos do tributo fixado nesta lei.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.96

(a) ANGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A nova política econômica adotada pelo Governo Federal a partir de 1993, com a introdução da URV e, posteriormente, com a adoção do Plano Real e a modificação monetária pelo mesmo introduzida, em que pese seu relativo sucesso no combate à inflação inercial e na estabilização de preços, produziu, como um dos seus mais nocivos efeitos, a concentração de renda e a sen-

sível diminuição do poder de compra da população.

Por outro lado, a nova política salarial em vigência implica na inexistência de reajustamentos salariais automáticos, sob o argumento da estabilidade da economia, apesar da constatação de uma inflação real de, em média, 22% ao ano. As categorias profissionais que conseguiram seus reajustes salariais são muito poucas, estatisticamente desprezíveis se comparadas à população em geral, principalmente aos setores de mais baixa renda mensal.

Neste sentido, o recente tarifação provocado pela Portaria n° 450/95 do DNAEE - Departamento Nacional de Águas, Esgoto e Energia, que autorizou a COPEL a promover reajustes tarifários que variam de 25% à 300%, introduziu para diversas famílias paranaenses um aumento do custo de vida insuportável. Há inúmeros exemplos de famílias com renda de até dois salários mínimos (R\$ 200,00) pagando conta de luz em valores que exorbitam R\$ 40,00. Ou seja, tais contas chegam a consumir mais de 20% do orçamento familiar. A toda evidência, insuportável.

Superando toda a polêmica envolvendo o tarifação em si, existe, em nosso Estado, um fator que aprofunda e radicaliza a majoração da tarifa de energia elétrica: a alíquota do ICMS sobre a venda (distribuição) de energia elétrica. Enquanto Estados como São Paulo e Santa Catarina, majoritariamente consumidores de energia elétrica, fixam a alíquota do ICMS sobre a venda de energia elétrica em 12%. O Estado do Paraná, o maior e mais eficiente gerador nacional de energia elétrica, tem fixada uma alíquota única de 25% de ICMS para a distribuição e venda de energia elétrica. Ou seja, o Estado do Paraná que, pelo fato de produzir energia com competência, deveria vendê-la a preços mais acessíveis, acaba por sacrificar, em considerável proporção, sua população, principalmente a de mais baixa renda.

É neste quadro contextual que se insere o presente projeto de lei, que visa alterar as alíquotas de incidência do ICMS sob o paradigma da progressividade tributária, fixada como princípio do Sistema Tributário Brasileiro pelo parágrafo 1° do art. 145 da Constituição Federal. Neste sentido, a fixação de alíquotas progressivas de ICMS segundo o gasto mensal de energia elétrica introduz uma nova perspectiva de justiça social na política tributária e, ao mesmo tempo, não sacrifica a arrecadação do Estado significativamente.

Em comprovação a este último raciocínio, vale destacar que, segundo dados oficiais da própria COPEL, do total de energia elétrica distribuída no Estado do Pa-



raná, 42% se destinam ao consumo industrial; 14% se destinam ao consumo de estabelecimentos comerciais; 18% se destinam ao uso próprio da COPEL, à iluminação pública, à eletrificação rural e aos Poderes Públicos; e apenas 26% se destinam ao consumo residencial, setor que seria afetado pelo estabelecimento da progressividade da alíquota do ICMS sobre a distribuição de energia elétrica. Tomando-se como referencial os dados da COPEL referentes ao ano de 1995, o total de consumidores beneficiados pelo presente projeto de lei em relação à faixa de consumo de até 200Kwh (baixo consumo) seria de 1.347.816 consumidores, o que representa 72,1% do total de consumidores da COPEL; na faixa de consumo entre 201 Kwh e 400 Kwh, teríamos 424.500 consumidores beneficiados, o que representa 22,7% do total de consumidores da COPEL; na faixa de consumo entre 401 Kwh e 500 Kwh, seriam abrangidos 46.893 consumidores, representando 2,5% dos consumidores da COPEL; e, na faixa de consumo acima de 501 Kwh, seriam abrangidos 50.288 consumidores, 2,7% do total dos consumidores da COPEL.

Ou seja, o impacto social da presente medida é de extrema amplitude, beneficiando, principalmente, a população mais carente do Estado do Paraná. Necessário destacar, ainda, que o impacto da presente medida sobre a arrecadação do Estado do Paraná, no que diz respeito ao ICMS sobre a energia elétrica, é de desprezíveis 12,25% sobre a receita anterior. O que significa uma perda de receita desprezível, evidente perfumaria, em troca de uma medida de alto impacto social.

Os dados expostos são estremos de dúvida em relação ao conteúdo e a exatidão da medida proposta pelo presente projeto de lei e sua relevância em relação ao atendimento dos superiores interesses públicos da sociedade paranaense, sem, entretanto, sacrificar com alguma real relevância a arrecadação do Estado do Paraná.

Neste sentido, atendidos todos os pressupostos e demonstrados todos os fundamentos possíveis, conclamamos os nobres Colegas Parlamentares à discussão e posterior aprovação do presente Projeto de Lei.

E o que se requer.

PROJETO DE LEI N° 013/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública Estadual, o Comitê Social de Ajudas do Fundo Agrário de UUARC.INC. do Município de Prudentópolis, com sede e foro no próprio município.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) JOÃO TECHY

JUSTIFICATIVA:

O Comitê Social de Ajudas do Fundo Agrário de UUARC.INC., sucessor da Associação São Josafat, fundado aos dois dias do mês de abril de 1986, Associação Civil, que adota a sigla CSAFA, é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a assistência cultural e social às pessoas carentes, especialmente do meio rural, estando sediada à Rua Rui Barbosa, 1356, Prudentópolis - PR.

O Comitê Social de Ajudas do Fundo Agrário de UUARC.INC., para cumprir seus objetivos, presta assistência a famílias carentes, distribui gêneros alimentícios, roupas, medicamentos e outros benefícios, ajuda na legalização de propriedades do meio rural, aquisição de terrenos, construção de moradias e instalações rurais, ajuda para aquisição de animais e árvores frutíferas para melhorar o seu regime alimentar e aumentar sua receita.

Pelo seu trabalho relevante junto às comunidades, é merecedora da Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 014/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO MARINGAENSE DOS AUTISTAS - AMA, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições contrárias a esta lei.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

Fundada no dia 16 de setembro de 1.992, na cidade de Maringá, a Associação Maringaense dos Autistas - AMA, é uma entidade civil sem fins lucrativos, de caráter social, assistencial e educacional, com duração indeterminada, com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná, sita à Rua Joubert de Carvalho, 623, conjunto 506.

Tem, entre seus objetivos, "promover gestões para localizar, orientar, apoiar e congregar portadores de autismo, esclarecendo seus familiares acerca de mecanismo de convivência e tratamento" (Art. 1° dos Estatutos da AMA).

Pelo fim a que se propõe, solicito desta Casa de Leis a aprovação deste Projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrada a leitura do Expediente. Passamos ao Pequeno Expediente. Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiramente gostaria de saudar a todos os companheiros, nesse retorno depois do recesso. Voltamos com vontade de continuar os nossos trabalhos. Gostaria de fazer uma saudação especial aos funcionários desta Casa que têm nos apoiado e têm feito andar a nossa Assembléia do Paraná. Também à imprensa aqui presente, nossos cumprimentos e começamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, trazendo um assunto bastante discutido hoje pela manhã, em nosso programa de rádio, em Ponta Grossa, onde várias reclamações recebemos em função da volta das aulas hoje nas escolas da rede pública do Estado, e como representante do povo dos Campos Gerais, juntamente com os demais companheiros aqui nesta Casa, queremos na tarde de hoje requerer a esta Casa, a presença do Secretário de Educação do Estado do Paraná para que venha a esta Assembléia dizer aos Senhores Deputados e principalmente à nossa região, onde há problemas, os motivos que estamos sentindo que é a situação atual das escolas públicas da região dos Campos Gerais.

Primeiramente, solicitar o motivo da falta de carteiras nas salas de aula, onde os alunos estão ficando em pé, e também o excesso de alunos em turmas; muitos alunos em cada turma. Queremos também saber sobre a falta de professores que está sendo constatada também.

Para tanto gostaria de receber o apoio dos companheiros do governo, que votam com o governo, para que o Secretário viesse nos dizer o que está acontecendo, se não houver planejamento, se faltou alguma coisa e qual é o motivo da falta daquilo que qualificamos de essencial para a volta às aulas e o bom ensino no Paraná. Esse ofício vem também, querer saber mais do Secretário, sobre a campanha lançada pelo governador no dia de ontem, onde ele pede ao povo do Paraná que ajude a favorecer as escolas públicas do Paraná, ajude a cuidar, ajude a proteger.

Nós Deputados, a grande maioria, ninguém foi oficializado a respeito disso. Então acho que seria importante o Secretário vir aqui, porque nós poderíamos ser portadores desta idéia que acho brilhante, de fazer com que todo mundo cuide do patrimônio público.

Então, é por isso que estou requerendo hoje, e gostaria de contar com o apoio de todos para que o Secretário Ramiro viesse a esta Casa o quanto antes - amanhã ou de-

pois - e nos explicasse quais os motivos da falta desses materiais essenciais para o bom desenvolvimento da educação no Estado do Paraná.

Para finalizar, Ponta Grossa e os Campos Gerais, a partir de hoje, vão ter, aqui um Deputado que todos os dias vai cobrar por aquilo que não tem. Queremos receber do Estado o que é de direito: um cargo de primeiro escalão no Governo do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiramente minha saudação a todos, bem como aos nossos funcionários, aos representantes da imprensa, presentes, e aos nossos visitantes, desejando que 96 seja um ano de muito trabalho dentro deste parlamento, como foi em 95.

Senhor Presidente, a nossa região principalmente a região de Irati e os demais municípios que fazem parte da minha Região 17, em que pese toda a crise, em que pese as dificuldades que passam os municípios, mas estava vivendo até bem pouco tempo um momento de alegria, e de muita satisfação, tendo em vista o asfalto que liga Irati a Ibituva estar concluído, asfalto este iniciado pelo ex-governador Roberto Requião, que teve seu prosseguimento pelo ex-governador Mário Pereira e a sua conclusão pelo governador Jaime Lerner. Irati, Rebouças, Rio Azul... a região, enfim, está extremamente feliz por este asfalto. E estaria muito mais ainda se tivesse ocorrido alguns fatos que estão preocupando a todos nós ali, da região. Tenho confiança absoluta que o governador haverá de concluir também ainda este ano, o trecho que liga Guaragi a Teixeira Soares, que está em andamento e o trecho que liga Guamirim a Inácio Martins que, também, está em andamento.

Também o que me traz nesta tarde nesta tribuna e pediria licença, aqui, a alguns Deputados amigos meus, alguns de longa data. Pedir licença aos Deputados: Luiz Carlos Zuk, Plauto Miró, ao Jocelito Canto e ao Péricles de Melo, pedir licença para deixar registrado nos anais desta Casa o protesto veemente do povo sulista contra uma emenda do Deputado Federal Afonso Camargo Neto ao Projeto de Lei nº 1176 - do Governo Federal, que estabelece os princípios e diretrizes para o Sistema Nacional de Viação.

Quero que os Senhores Deputados, principalmente os que representam a Região dos Campos Gerais, tenham a santa paciência e compreendam o que o Deputado Toti vem co-

locando, hoje aqui, pela primeira vez, este assunto tratando do traçado original da BR-277 desde o seu início, historicamente sempre foi Paranaguá, Curitiba, Spréa, Palmeira, Irati, Relógio, Guarapuava, e até Foz do Iguaçu; sempre foi. E o Deputado Federal Affonso Camargo Neto, que já foi Senador da República, inclusive com o meu apoio quando prefeito fui na minha querida cidade de Irati, que já foi Ministro dos Transportes e que hoje representa parte dos interesses do Estado do Paraná na Câmara dos Deputados em Brasília. Aliás, Srs. Deputados, quando foi Senador, ou melhor dizendo até, quando foi Ministro dos Transportes, os senhores não encontram na região Centro Sul do nosso Estado uma ponte, um poste, ou um palmo de asfalto que fosse idealizado, construído ou indicado pelo ex-Ministro dos Transportes.

Aliás, sempre teve até do povo sulista principalmente da região de Irati, uma boa amizade com a classe política, com os empresários e até com o próprio povo. Não fez nada quando ocupou cargos importantes dentro do nosso Estado e depois dentro do nosso país e agora, para surpresa de todos nós, quando o Governo Federal apresenta este Projeto de Lei de nº 1.176, aonde está demarcando o que vai acontecer nos próximos anos para o Paraná e para o nosso país em termos de rodovias, em termos de BR, vem o dito cujo Parlamentar que hoje é considerado "persona non grata" dentro da minha cidade e da minha região, apresentar uma emenda excluindo o traçado da BR-277 que passa por Palmeira, Irati, Relógio, rumo a Guarapuava e Foz do Iguaçu, colocando, evidentemente, de Ponta Grossa a Guarapuava.

Quero dizer aqui à bancada que representa Ponta Grossa que Irati e nós como bons vizinhos, como amigos que somos e mantemos um relacionamento social e comercial porque Irati é ótimo cliente da cidade de Ponta Grossa, com todo o respeito, por mais que isto una a nossa cidade, o nosso povo, a nossa gente, não vai entregar fácil esta bandeira da BR-277, de forma e em hipótese alguma. O que deveria ter feito o ilustre representante do povo do Paraná no Congresso Nacional que já foi Senador, que representou o nosso Estado, que foi Ministro e que nada fez por Irati e pela nossa região, era incluir, no sistema nacional de viação também o trecho de Ponta Grossa, Guarapuava. Isto sim seria uma emenda de um grande estadista, de um homem que foi até candidato a Presidente da República.

O que seria de nós, de Irati, Rebouças, Malet, Palmeiras, se este cidadão realmente tivesse sido eleito Presidente da República? Aliás, de ordem pessoal inclusive até tenho amizade com ele. Não sei

se tenho mais, porque a partir desta emenda não sei qual o comportamento dele com relação à minha pessoa e com relação ao povo de Irati e de toda a região.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Deputado Toti Colaço, ouço o seu pronunciamento e não quero aqui fazer defesa alguma de representante do Deputado Afonso Camargo, mas escuto V.Exa. dizer que o Deputado nunca fez nada pela região Centro Sul e pelo Estado do Paraná.

Não posso, como pontagrossense, um representante dessa região de Ponta Grossa, não posso deixar de lhe lembrar daquilo que ele fez pela nossa região. Ele, quando Ministro dos Transportes, viabilizou recursos para duplicar a estrada que liga Spréa a Ponta Grossa. Ele, quando Ministro dos Transportes, viabilizou recursos para minha cidade de Ponta Grossa, onde resido, conseguir fazer o seu contorno com vários viadutos tão esperados. E a questão de mudar o trajeto da BR-277, sei que os argumentos técnicos que foram usados, é que na cidade de Ponta Grossa deve ser instalado um porto seco e a necessidade desta rodovia federal passar por Ponta Grossa é pela implantação desse porto seco que lá deve ser implantado.

Então, só quero aqui fazer uma defesa do Deputado Affonso Camargo, que fez pelo nosso Paraná e pela nossa região. E a questão aqui, do novo traçado da BR-277, sei que há um parecer técnico que com a implantação do porto seco no Município de Ponta Grossa, a BR tinha que passar por lá.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência mas é preciso que se deixe claro que verdade só existe uma, não tem duas verdades nem meia verdade.

Não falei que o Deputado, ex-Ministro, ex-Senador da República não fez nada pelo Paraná. Falei, isto sim, que não fez nada por Irati, não fez nada por Rebouças, não fez nada por Inácio Martins, não fez nada pela minha região. Lá V.Exa. não encontra sequer um poste, um pontilhão ou uma ponte que tivesse sido feita pelo ex-Ministro dos Transportes. Parabenizo V.Exa. porque ele fez por Ponta Grossa, porque acompanhei sou um vizinho que acompanho de perto o que acontece na microrregião que hoje Irati está incluída, mas nunca disse que ele não fez nada pelo Paraná. Pela nossa região não fez. Pelo fato de ele não ter feito é que não vamos agüentar calados, omissos, e concordar pacificamente que retire do projeto do Governo Federal o traçado original da BR-277, que até os defuntos sabem que o trecho mais curto de Para-

naguá até Foz do Iguaçu passa por Irati e Palmeira. Quem sai de Curitiba e vai até Foz do Iguaçu, o trecho mais curto, a distância mais curta é por Palmeira, Irati, Guarapuava e Foz do Iguaçu.

Isso está expresso no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, confirmado até pela documentação na própria emenda do Senador, aliás, o Deputado Federal, reconhecendo que o trecho é mais longo por lá. Mas que não estou discutindo a viabilidade técnica, estou discutindo o que seria de cada um de nós aqui, se apresentássemos uma emenda, Deputado Duílio Genari, excluindo, por exemplo, tirando uma estrada lá do seu município, da tua região, e colocando numa outra região. Eu tirasse com uma emenda do projeto do Governo do Estado, um asfalto lá do seu município, da sua região e colocando aqui em Irati. Qual seria a sua reação? Qual seria o seu tratamento com relação a este Parlamentar?

Nós temos ética dentro desta Casa, somos homens públicos e sabemos inclusive nos respeitar. O que faltou para o eminente Deputado Federal Affonso Alves de Camargo Neto foi o respeito por uma parte do Paraná que tanto deu para este Estado, porque Irati inclusive teve uma época que até Governador já cedeu, um dos ilustres iratienses para dirigir o nosso Estado, no passado.

E na economia do nosso Estado, no início, no desenvolvimento do norte do Paraná, do Sudoeste, do Oeste, antes porém começou aqui pela região nossa, de Paranaíba, Curitiba, pegou o caminho do Sul e a nossa região deu muito pelo desenvolvimento do nosso Estado. E é lamentável que hoje venha o eminente Deputado apresentar esta emenda retirando o traçado da BR-277.

Dito isto, estou encaminhando requerimento à Bancada Federal, estamos coletando assinaturas ao longo da margem da BR-277, dentro da nossa região, porque vamos levar, Sr. Presidente, com o maior respeito, vamos levar a Brasília e entregarmos ao Ministro dos Transportes e à Bancada Federal que representa nosso Estado, lá. Nós não somos, em absoluto, contra os interesses de Ponta Grossa; pelo contrário, queremos que Ponta Grossa continue sendo um grande pólo de desenvolvimento do nosso Estado, mas que não seja com o sacrifício e a desativação até das esperanças do povo de Irati e de toda aquela nossa região; nós temos que ser bons vizinhos, sim mas temos que respeitar.

Gostaria que o eminente Deputado incluisse no plano nacional de viação, setor rodoviário, o trecho de Ponta Grossa a Guarapuava, porque é justo, mais do que justo, que haja lá uma duplicação, que haja lá os melhoramentos. Agora, retirar de Palmeira, retirar de Irati, jamais o Toti

vai ficar calado.

Gostaria...

O Sr. Jocelito Canto - Me permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Acompanhei atentamente o seu pronunciamento e gostaria de destacar o seguinte: não sou nem do mesmo Partido que o atual Deputado Federal Affonso Camargo, não tenho procuração para defendê-lo aqui, mas gostaria de dizer a V.Exa. que o Deputado Affonso Camargo está fazendo juz, depois de sofrer, como candidato à Presidência da República que foi, como candidato ao Senado, como candidato a Deputado Federal agora, depois de trabalhar em inúmeras cidades do Estado do Paraná, entendendo que o Deputado Affonso Camargo está dando valor, Deputado Toti, às cidades em que ele teve uma expressiva votação, que é no caso a cidade de Ponta Grossa, onde ele teve quase 7 mil votos, e ele está nesse momento, entendo eu, valorizando a cidade que lhe deu a sua eleição, que lhe garantiu a sua eleição, e por isso está fazendo juz aos votos recebidos na capital cívica do Paraná.

E mais, acho que V.Exa. também deveria cobrar, Deputado Toti, um pouco mais de empenho do Deputado que representa, me parece diretamente a cidade de Irati, que é o Deputado Paulo Cordeiro. Acho que o Deputado Paulo Cordeiro, deveria dentro do Congresso Nacional, dentro da Câmara dos Deputados, exatamente fazer o contrário e provar que é superior ao Affonso, e fazer com que haja essa mudança.

Quanto a distância de ir por Ponta Grossa, a ir por Irati até a Capital do Estado, tive até um dia o prazer de marcar exatamente quantos quilômetros dá e a diferença não passa de 30 km.

Então é isso que gostaria de dizer. Entendo seu bairrismo pela região de Irati, mas entendo também o bairrismo do Deputado Affonso Camargo que luta pela cidade que lhe deu uma grande quantidade de votos e respeita os seus eleitores. Gostaria que houvesse também empenho nesse sentido do Deputado Paulo Cordeiro, que acho que deveria dar explicações exatamente ao povo de Irati.

Era isso.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Toti.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço o aparte de V.Exa.. Apenas para informar à Casa que o Deputado representante nosso, Paulo Roberto Cordeiro, já está de posse de parte da vasta documentação em Brasília, e nós possivelmente na semana que vem, vamos levar o restante de toda documentação e uma caravana, uma representação de Prefei-

tos, de Vereadores, de Lideranças da Região Centro-Sul; vamos lhe entregar porque ele vai marcar uma audiência com o Ministro dos Transportes, ele já está empenhado na defesa do interesse do povo de Irati.

Gostaria também, apenas para concluir este assunto, de dizer o seguinte: não se constrói, nós não construímos, V.Exa. não constrói, ninguém constrói a sua casa destruindo a casa do vizinho e se valendo ali do material da construção, da tábuas, do tijolo, da telha, construindo a sua própria casa, não. Não é por esse caminho, por mais que o Deputado Federal Affonso Camargo, por mais competente que ele seja, não quero discutir a sua competência, mas o que ele fez por Irati e aquela região, vai receber de nós sempre a nossa contestação mais veemente; de forma e hipótese alguma vamos aceitar pacificamente e calados diante de tamanha injustiça que se pretende fazer com a nossa região.

Queria agradecer ao jornal "Estado do Paraná", à "Gazeta do Povo" e os demais jornais que têm dado cobertura, muito importante para esta causa nossa, lá de Irati, da nossa região. Gostaria também de agradecer ao Deputado Ricardo Chab e outros companheiros nossos da imprensa aqui de Curitiba, que me deram inclusive oportunidade, neste momento crítico, de fazer alguns comentários a respeito deste assunto, obrigado, Ricardo Chab, pelo apoio que você me deu e os demais companheiros da imprensa radiofônica aqui da Capital do Estado.

O Sr. Nereu Moura - Permite um aparte, Deputado Toti?

(Assentimento).

Deputado Toti, apenas para me solidarizar com V.Exa. porque de fato, nós, que utilizamos daquela via todos os finais de semana, quando vamos para a região e voltamos. Sabemos da importância que tem para o Paraná, não só para Irati, para Malet, mas, para todo o Oeste e Sudoeste do Paraná, a importância desta via.

Por isso quero dar aqui a minha solidariedade a V.Exa. e demonstra aqui V.Exa., com esta preocupação, que de fato é um político sério, que briga, que luta e com muito denodo defende com entusiasmo os interesses da sua região que trouxe aqui para esta Casa.

E quero somar esforços, porque sabemos que é preciso que o Governo faça investimentos naquela rodovia, uma vez de que ela apresenta-se num estado totalmente destruído, e dificultando inclusive o tráfego por ela.

Por isso, Deputado Toti, receba aqui o nosso cumprimento pela sua manifestação e o nosso apoio pelo pleito que V.Exa. apresenta e também pela maneira como coloca

aqui a sua discordância em relação à proposição de um representante do Paraná, no Congresso Nacional.

O SR. TOTI COLAÇO - Muito Obrigado, ilustre Deputado.

Para finalizar, Sr. Presidente, dois requerimentos. Um com relação à estrada, a BR-277, a emenda do Deputado Affonso. O outro, ao Engenheiro-chefe do DER aqui do Paraná, solicitando evidentemente, o maior empenho, a máxima urgência na restauração da BR-277 que está impedida no trecho entre Palmeira e Irati.

Senhor Presidente, muito obrigado. Era somente isso.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Zuk) Com a palavra o Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Espero que os Srs. Deputados tenham tido bons dias de recesso, sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa.

Este ano promete, muita atividade política entre nós e acho que começamos o ano de 1996 com uma pendência muito grande, porque até o ano passado não conseguimos resolver um problema político muito importante, para o Estado do Paraná; a venda das ações da COPEL.

Antes de entrar no assunto das ações da COPEL, gostaria de comunicar à Assembléia Legislativa, que estou apresentando alguns requerimentos que serão votados e discutidos na tarde de hoje, entre eles a convocação do Presidente da COPEL, Dr. Ingo Hubert, para proceder algumas explicações a respeito do aumento da tarifa na energia elétrica no Estado do Paraná. Como os Srs. Deputados, acompanharam pela imprensa, no dia 14 deste mês, através do Deputado Irineu Colombo, 05 Deputados Estaduais estiveram presentes na COPEL, compareceram 08 vereadores, dentre eles Presidentes de Câmaras Municipais e mais 12 representantes de comunidades do interior do Estado, que vieram para uma reunião com o presidente da COPEL, que fomos recebidos por ele, para proceder explicações a respeito do aumento das tarifas.

Os Srs. Deputados sabem, porque em todas as regiões do Paraná, a população mais carente está procedendo manifestações no sentido de cobrar das autoridades alguma solução, porque este aumento ultrapassa os limites do aceitável. Cerca de 300 a 400% incidiram na energia tarifária, na energia elétrica, nas tarifas residenciais do Estado do Paraná. E o Presidente da COPEL, numa atitude demonstrada que reputo de infantil e de uma arrogância sem precedentes na história da democracia, não recebeu cinco Deputados Estaduais e oito Vereado-

res, para proceder as explicações necessárias a este respeito.

No entanto, estamos solicitando ao Poder Legislativo que ouça o Sr. Ingo Hubert, aprove este requerimento de convocação do Presidente da COPEL para que possamos ouvir as explicações do Presidente da COPEL em relação ao tarifação, porque todos os Deputados sabem o custo da vida, os salários praticamente estão congelados, o salário-mínimo praticamente não teve aumento; a inflação no ano de 95 situou-se na faixa de 22%; e o custo de vida em relação à tarifa da energia elétrica chegou a aumentar 400%, sobretudo incidindo em quem consome um número de Kws, isto é até 200Kws, 300 Kws, que é um consumo da grande maioria de baixa renda no Estado do Paraná.

Mas o que é mais grave porque as notícias chegaram a pouco tempo, ao nosso conhecimento; se trata da demissão, da destituição do Sr. Simon Blinder, funcionário de carreira da COPEL que estava na direção da parte da Engenharia e Obras da empresa; um dos homens mais conhecedores da COPEL no Estado do Paraná, funcionário com uma reputação muito grande junto aos funcionários da COPEL, como homem que entende dos problemas desta empresa, foi afastado pelo Presidente Ingo Hubert.

Nós gostaríamos que, quando o Presidente da COPEL viesse explicar também a respeito das tarifas, desse as explicações do porquê do Sr. Simon Blinder ter sido afastado da direção da parte de Engenharia e Obras.

Além disto estamos solicitando, através de requerimento, porque como a COPEL está contruindo a última Usina do Rio Iguaçu, em Salto Caxias, e neste período está havendo um processo de compra para reassentamento das famílias que terão que ser reassentadas, em função do lago que será criado na região. E por várias denúncias que nos chegaram, estamos solicitando, através de um pedido de informações, que a COPEL venha à Assembléia Legislativa prestar informações de como é que está o processo para a desapropriação e o reassentamento das famílias de desabrigados.

Segundo os dados que nos chegam, os recursos destinados à compra de terras pode ultrapassar a 100 milhões de reais e algumas irregularidades podem estar acontecendo na compra das terras para os reassentados.

Mas o que me traz a esta tribuna é a gravidade do momento em relação ao projeto aprovado na Assembléia Legislativa, no final do ano passado. Um projeto de autoria do Deputado Duílio Genari que previa a ação, a venda das ações da COPEL, estipulando um preço dos últimos vinte pregões. Depois de uma luta na Assembléia Legisla-

tiva e com a participação do Secretário do Planejamento, Sr. Cássio Taniguchi, foi articulado um substitutivo, que teve a assinatura do Deputado Valdir Rossoni, Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, que apresentava uma cláusula que de certa maneira satisfizesse o conjunto, uma majoritariedade dos Deputados, aqui na Assembléia, em que fixava o limite para a venda das ações de 50%.

Para surpresa nossa, dois dias depois do projeto ser aprovado, o Governo do Estado anuncia o veto a este artigo, argumentando de que o BNDS teria imposto esta exigência para a liberação de um empréstimo de cento e vinte milhões de reais. Nos pareceu estranho, porque o Presidente do BNDS em visita a Curitiba, ainda no final do ano passado, através da imprensa, deu várias entrevistas dizendo que o BNDS não teria função de impor qualquer resolução a respeito do projeto aprovado na Assembléia Legislativa porque não cabia ao BNDS fazer tal coisa. E talvez o Departamento Jurídico tivesse orientado no sentido de que as ações da COPEL não ficassem com um limitador fixado em lei de preço mínimo.

Nos estranha muito, agora, há questão de 15 a 20 dias atrás, o Governador Jaime Lerner, anunciou para a imprensa, através dos veículos de comunicação, peremptoriamente, de forma bombástica, demonstrando o estadista que Jaime Lerner é, de que se realmente o BNDS confirmar que não precisava, que não é necessário o veto ao projeto, o Governador iria retirar o veto da Assembléia Legislativa.

Analisei esta declaração do Governador e confesso a V.Exas. que a minha conclusão a esta declaração de que não se tratou, nada mais, nada menos, do que um jogo de cena para a opinião pública do Estado do Paraná, no sentido de resguardar a pessoa do Governador Jaime Lerner, como homem que quer preservar o patrimônio público da COPEL, porque o Governador, tão logo afirmou isto, disse que tinha anunciado, através do Secretário de Governo, Sr. Giovanni Gionedis, para que expedisse uma documentação ao BNDS, solicitando, por escrito, que o BNDS não exigia, ou exigia, a manutenção do veto.

Pois bem, fazem 10 dias que a imprensa do Paraná vem noticiando a chegada do documento, da Carta do BNDS. E agora o Governador disse o seguinte, ainda hoje, através da rádio CBN, que no final da tarde de hoje irá reunir os Deputados para dar a eles conhecimento da Carta do BNDS, e que, na visão dele era definitivo, o problema das ações da COPEL estava superado, de que o veto seria mantido. E que os Deputados da Assembléia Legislativa, se querem colaborar com o Governo do Estado, para trazer recursos para o Estado para



aplicar na Educação, nos projetos de financiamento do exterior, para impulsionar e alavancar estes projetos, deve aprovar a manutenção do veto.

Olha, posso estar enganado, estou apresentando aqui, Deputado Anibal Khury, uma solicitação para o Governo do Estado; trata-se de uma exigência da Assembléia Legislativa, de que o Governador, ao chamar apenas o líder da Situação e os Deputados que dão apoio ao Governo, de que o Governador remeta este documento para a Assembléia Legislativa, para a Mesa Executiva, para que todos os Deputados tomem conhecimento.

Aliás, Deputado Romanelli, não me estranha muito se nesse documento não tiver uma única linha, dizendo o seguinte: - "O BNDS exige que a cláusula de 50% não esteja no projeto." Tenho certeza, posso estar enganado, quero que amanhã os Deputados Algaci Túlio, líder do Governo e Waldir Rossoni, líder do PDT, venham a esta Tribuna e digam: - "Deputado Ângelo Vanhoni, V.Exa. estava completamente equivocado", porque tenho certeza que nesse documento que o BNDS mandou ao Governo estará escrito o seguinte, Deputado Romanelli, as palavras que fizeram mal para os Deputados aprovarem o limitador de 50%, há 3 meses atrás, as palavras do Secretário de Planejamento, Cássio Taniguchi: - "Olha o Departamento Jurídico do BNDS, recomenda que não tenha o limitador de preço mínimo dos 50%." Tenho certeza que só terá esta afirmação, uma recomendação do Departamento Jurídico do BNDS!"

Por isso, e aí é grave Deputado Belinati, estou enviando hoje um fax aos três Senadores da República, o Senhor Luiz Alberto Martins de Oliveira, o Senhor Roberto Requião, ex-Governador, e o Senhor Osmar Dias, que são os três Senadores do Paraná, para que, de posse desse documento do BNDS, solicitem a presença do Presidente do BNDS no Senado Federal para explicar ao povo do Paraná se o BNDS exige que as ações da COPEL não tenham um preço mínimo quando forem colocados à venda, porque para caucionar as ações não é necessário você exigir esta obrigatoriedade, porque a caução é só o Governo colocar um lote a mais de ações para conseguir o dinheiro necessário que está pleiteando de 120, 130, 140 milhões.

Então esta é uma questão muito séria e espero que esta Assembléia se debruce com a seriedade que os Deputados demonstraram na legislatura anterior sobre esse tema, porque há algo mais grave no ar.

Tenho em minhas mãos um documento, Deputado Anibal Khury e estou pensando em pedir uma CPI a respeito da COPEL e da venda das ações.

Esse documento diz o seguinte, Deputa-

do Anibal Khury.

(Lê):

"Curitiba, 18 de dezembro de 1995.

Ao

Exmo. Senhor Governador

do Estado do Paraná

Dr. Jaime Lerner

Curitiba - PR.

Senhor Governador.

É com intensa satisfação que vimos à presença de V.Exa. para informar que estamos criando um consórcio empresarial "IMPORTGÁS", do qual deverão participar outros grupos empresariais privados com experiência empresarial comprovadas.

Entendemos que o abastecimento energético é o fator fundamental para o desenvolvimento da indústria e do turismo paranaense, bem como, para atrair novos investimentos para o Estado do Paraná.

Estudos preliminares, indicam que a solução para resolver em definitivo o problema da escassez do gás natural será através da importação por gasoduto o gás natural da Argentina ou mesmo através de importação do gás natural liquefeito.

As nossas empresas estão dispostas a investir nos estudos de viabilidade dos projetos em tela e posteriormente, liderar a implantação do projeto escolhido.

Desde já, desejamos solicitar o apoio do Governo do Estado do Paraná ao nosso consórcio, permitindo que a COMPAGÁS e a COPEL venham a participar, minoritariamente, do projeto escolhido.

Sendo o que se nos oferece para o momento, despedimo-nos

Atenciosamente,

(aa) LUIZ A. R. MONTEIRO

GASPART-Gás Participações S/A

ATILANO DE OMS SOBRINHO

INEPAR S/A Indústria e Construções"

Tem outro aqui nas minhas mãos, Sr. Presidente, a respeito da energia elétrica, carta do Sr. Atilano Oms Sobrinho, endereçada ao Diretor de Planejamento de Engenharia, Presidente do GCPS, Centrais Elétricas Brasileiras.

Então, neste documento que é longo, Srs. Deputados, enviado ao Ministério de Minas e Energia e que trata da questão da energia elétrica no Estado do Paraná e no outro documento enviado ao Governador do Estado, que trata de uma empresa pública vinculada à COPEL, que é a COMPAGÁS, Sr. Atilano de Oms Sobrinho revela através de documentação de que tem interesses claros e inequívocos na área energética, elétrica, do Estado do Paraná.

É grave a situação, corre à solta no Estado do Paraná todo, de que o Sr. Atilano de Oms, isto é, através do Sr. Mario Celso Petraglia, funcionário do gabinete do ex-Prefeito Jaime Lerner, como tenho a

comprovação da sua matrícula enquanto funcionário assessor especial do ex-Prefeito Jaime Lerner, sócio do Sr. Atilano de Oms da INEPAR, corre no Estado do Paraná que o Senhor Atilano de Oms é quem nomeou toda a Diretoria da COPEL.

Mais ainda, Sr. Presidente, há possibilidade, se o Governo não responder essas questões satisfatoriamente de que essa Assembléia não possa fugir da necessidade da instalação de uma CPI para avaliar o processo de venda das ações da COPEL e da construção da usina do Salto Caxias que está sendo consorciada e está sendo entregue a grupos privados. A Assembléia Legislativa talvez não possa fugir da instalação de uma CPI, porque há também vontade já explícita de funcionários da COPEL que têm revelações importantes para trazer a esta Assembléia desde que a sua presença, a sua função enquanto funcionários da Empresa COPEL não esteja ameaçado.

Então reputo esta situação da venda das ações da COPEL, a insistência do Governo em enganar a opinião pública, dizendo que o BNDS obriga a não existência dos 50% como limitador, pode nos levar a uma solução que é a instalação de uma CPI para acompanhar este processo.

Porque Senhores Deputados, o Secretário das Finanças e do Planejamento, Taniguchi, disse assim:- "Puxa, mas vocês querem acabar com a lei de mercado!" Nós não podemos estipular preço, a lei de mercado é que tem que resolver, Deputado Alborghetti, a lei de mercado, essa entidade fantasmagórica que traz desenvolvimento, que traz saúde, que traz trabalho. Ora, ora, vamos pensar um pouco, não teve uma estatal brasileira que foi privatizada sem fixação de preço mínimo nos leilões que o propugnado pelo BNDS, agora nós Deputados queremos colocar 50% para o preço da venda das ações, e o Governo insiste que nós estamos errados?

Ora, Deputado Romanelli...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - V.Exa. vai à tribuna e faz um pronunciamento da maior importância. E queria primeiro, me solidarizar com V.Exa. e com os Deputados que acompanhavam a Comissão da sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. está falando no Pequeno Expediente, Deputado Angelo Vanhoni, não é permitido apartes.

O SR. ANGELO VANHONI - Gostaria de dizer o seguinte: se o proprietário da empresa Atilano Oms Sobrinho e Mario Celso afirmam que não têm interesse nenhum na venda das ações da COPEL, na energia elétrica, nós temos um documento aqui que o Governo do

Paraná, está sendo convidado inclusive a proceder estudos, estudos públicos para que um grupo se transforme majoritariamente detentor de um monopólio da transferência de gás natural da Argentina e da Bolívia para fornecer ao povo do Paraná. A vinculação desta empresa com o Governo começa a ficar mais clara, começa a ficar mais evidente, é necessário que nós nos detenhamos sobre esta questão com a maior seriedade.

Por isso, Srs. Deputados, peço a V.Exa., principalmente à Bancada da situação que vai ao Governo agora a tarde, reunir-se com ele para discutir a venda das ações da COPEL, peço aos Deputados um empenho da Bancada da situação para que insista com o Governador, de que mantenha esse processo transparente, mantenha esse processo limpo e mantenha o preço mínimo de 50%. O governo do Estado não pode entregar esta empresa a grupos privados.

O Deputado Cezar Silvestri fez uma observação importantíssima nos jornais de hoje. O monopólio estatal, talvez não seja o melhor, mas o monopólio privado da energia elétrica no Estado do Paraná pode ser um descalabro para o conjunto do nosso povo.

Era isto Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados.

É do conhecimento desta Casa, também da sociedade paranaense e até mesmo do Governo brasileiro, que nós temos mais de trezentos mil cidadãos, principalmente paranaenses, que habitam no vizinho país, Paraguai. Recentemente, nos últimos tempos tem havido uma espécie de corrida de empresários, médios e grandes empresários, particularmente de Foz do Iguaçu, que hoje estão instalando seus negócios na capital paraguaia, Assunção. Há mais tempos tivemos uma leva muito grande de empresários rurais, fazendeiros, pecuaristas que se instalaram também naquele país. Tivemos também um contingente enorme de pequenos, médios agricultores que se dirigiram àquele país, muitos deles, virando os conhecidos bóias-frias, os sem-terra do vizinho país.

Temos um fenômeno mais recente, fala-se em dez mil cidadãos brasileiros, particularmente iguaçuenses, que trabalham no comércio do Paraguai, como comerciantes, como repositores de prateleiras, como garçons, como empregadas domésticas e assim por diante. Na verdade, toda essa população de brasileiros, cerca de trezentos

mil, o que dá quase dez por cento da população paraguaia, estão naquele país construindo o progresso e o desenvolvimento. Alguns se dando bem, alguns se dando mal, alguns sendo bem tratados, alguns muito mal tratados.

Eu, particularmente tenho recebido denúncias de violências praticadas, muitas vezes por autoridades paraguaias, contra os irmãos brasileiros que moram naquele país. Recentemente o Cônsul, digo, o vice-Cônsul brasileiro, da Cidade de Leste, em Assunção, convidou a imprensa brasileira e visitou os brasileiros que moram no Paraguai, e constatou diversos tipos de violência contra os irmãos brasileiros. Brasileiros que estão cumprindo pena sem terem sido julgados formalmente e condenados pela justiça, condenados porque o oficial comissário de polícia achou que deveria estar condenado, estar na cadeia. Brasileiros que não estão tendo o apoio e o respaldo para garantir os direitos de propriedade, para garantir os direitos trabalhistas, enfim, os direitos inerentes a atividade que estão exercendo naquele país.

Há notícias confirmadas de que há um tratamento discriminatório no Paraguai, com relação a pequenos proprietários rurais ou até bóias-frias, chegou a causar bastante revolta, inclusive entre a imprensa, o consulado e todos nós, a declaração de um comissário, de um determinado local, que disse: "que os brasileiros que vão para o Paraguai são bem-vindos, desde que sejam brancos e tenham dinheiro. Brasileiro preto, negro, não serve para o Paraguai, muito menos o brasileiro pobre".

Quer dizer, esse é o clima que muitos dos brasileiros estão vivendo no vizinho Paraguai.

Sabedor de uma inovação do Ministério de Relação Exteriores do Itamaraty, que adotou a prática de criar Conselhos de Cidadãos, em países onde os brasileiros imigram, estou requerendo formalmente, ao Ministro Luiz Felipe P. Lampreia, que crie o que já criou para ser instalado em Washington. O que foi instalado em Tóquio, um instrumento chamado Conselho de Cidadãos. Esse Conselho de Cidadãos vai ter o papel de escolher nove brasileiros que residem no exterior, que servirão de elo de ligação entre os estrangeiros, lá no Paraguai, os brasileiros que moram no Paraguai e as autoridades formais do Brasil, que existe no vizinho país, entre os Conselhos Gerais e a própria Embaixada do Brasil em Assunção.

Já mandei esse ofício para Brasília e faço esse apelo através desta tribuna, peço permissão para usar o nome desta Casa, aos demais companheiros e a Mesa, para que o Ministro tome as devidas providências e

instale o mais rápido possível, o Conselho de Cidadãos, que se faz extremamente necessário, principalmente na Cidade de Leste, no Paraguai.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças: PTB, PDT, PSDB, PFL. Liderança do Governo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Que as minhas primeiras palavras também sejam de um bom retorno a todos os Parlamentares desta Casa, que no seu primeiro ano dessa legislatura, mostrou ao Paraná o seu trabalho a sua produtividade onde todos contribuíram de uma forma ou de outra, para que tivéssemos um ano de muita atividade na Assembléia. E certamente, o mesmo vai acontecer neste período que reiniciamos oficialmente hoje.

Senhor Presidente, na semana passada, o Governador Jaime Lerner, ao retornar da sua viagem ao exterior, recebia, um ofício, uma carta do Presidente do BNDS Luiz Carlos Mendonça de Barros. Aliás, carta esta mencionada a instantes atrás, pelo Deputado Ângelo Vanhoni. Que esta Casa vai receber também, o Presidente vai receber, cada um dos Senhores Deputados vai receber, uma cópia desta carta, que diz o seguinte no seu teor:

(Lê):

"OFÍCIO P-058/96

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1996.  
Senhor Governador.

Tenho o prazer de dirigir-me a V. Exa., em resposta ao Ofício Of. Gov. 021/96, de 30.01.96, através do qual nos foi efetuada a consulta quanto à garantia da seqüência das operações programadas com o Estado do Paraná, caso seja mantida na lei o dispositivo limitador de 50% do valor patrimonial para o preço mínimo das ações da COPEL, para informar-lhe que:

- o BNDS tem sido, ao longo de sua existência, um instrumento efetivo para o desenvolvimento do País, demonstrando, através da evolução de suas políticas operacionais, uma busca constante no sentido de atender adequadamente o usuário.

- dentre as fontes básicas de recursos do BNDS, destacam-se o FAT-Fundo de Amparo ao Trabalhador e o PIS/PASEP, exigindo remuneração adequada e segurança para suas aplicações, o que implica na constituição de garantias que possam ser executadas, em caso de inadimplência dos tomadores.

- para que seja garantida a liquidez dos fundos, a avaliação das garantias dá-se a preços de mercado, razão pela qual a fixação de um valor mínimo para eventual venda de ações caucionadas em garantia in-

vibiabilizaria a operação de financiamento já realizada, bem como as futuras, na mesma modalidade.

Conseqüentemente, cumpre-me ressaltar que a inexistência de limitadores vinculados ao valor patrimonial das ações-objeto propicia sua colocação natural das ações em mercado, prevendo-se que as futuras operações se concretizem em patamares crescentes de preço, o que depende, diretamente, da existência de liquidez para ações nas Bolsas de Valores.

Concluindo, enfatizo que, com esse procedimento-padrão adotado pelo BNDS, o principal beneficiário da valorização da COPEL no mercado acionário será o próprio Estado do Paraná.

Respeitosamente,

(a) LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS  
Presidente"

Esta é a carta recebida pelo Governador e esta Casa, se não recebeu durante a manhã de hoje, deve estar recebendo na sequência, bem como, os Senhores Parlamentares para que fiquem devidamente esclarecidos.

Com relação ao fato ainda enfocado no final do seu discurso, pelo Deputado Ângelo Vanhoni, estranho profundamente essa sua posição de acusação ao governo do Estado que estaria envolvendo-se com empresários. Todos os empresários do Paraná são bem-vindos em parcerias com o Governo do Estado. Não se pode aqui discriminar esse ou aquele, o que é amigo do Governador ou o que é inimigo do Governador, evidentemente, para ajudar, o desenvolvimento do Estado do Paraná independe de quem é amigo deste empresário.

Agora, não acredito de forma alguma que haja qualquer envolvimento do Governador Jaime Lerner, e isso seria até um absurdo, se fazer uma colocação dessa natureza, uma vez que são apenas ilações colocadas pelo Deputado Ângelo Vanhoni que na verdade, vamos procurar esclarecer na sequência dos fatos.

No mais, Senhor Presidente, era este o relato que queria fazer, comunicando mais uma vez que a Mesa deve ter recebido, vai receber nos próximos minutos, essa correspondência enviada pelo BNDS ao Governador Jaime Lerner, para que se esclareça em definitivo essa questão com relação às ações da COPEL.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) - Inicialmente queria cumprimentar todos os Deputados nesse retorno e reinício dos trabalhos de 96 e destacar, Senhor Presidente, a presença nesta tarde dos funcionários do IAPAR de várias regiões do Paraná, inclusive de Ponta Grossa, que vêm na tentativa, mais uma vez, de sensibilizar

os Senhores Deputados, de derrubar o veto do Governador apostado ao projeto do Deputado Antônio Belinati.

Estaremos aqui amanhã, votando esse veto, na tentativa de derrubá-lo, acompanhando o nosso Veto e toda a bancada do PT, a favor do Projeto do Deputado Belinati.

É apenas isso, destacar a presença dos funcionários do IAPAR e sensibilizar os Deputados para derrubar o Veto do Senhor Jaime Lerner.

Obrigado Senhor Presidente..

O SR. Presidente (Anibal Khury) - Encerrado o Horário das Lideranças.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)  
Queria que o augusto Presidente pudesse me esclarecer, como não há Ordem do Dia, de acordo com o Artigo 91, § 6º e 7º, solicito utilizar o espaço das explicações pessoais.

Em qual momento devo requerer à Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a votação dos requerimentos que se encontram sobre a Mesa, V. Exa. poderá usar da palavra e esse augusto Presidente terá o prazer de ouvi-lo.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Obrigado, Exa..

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência com base no Artigo 31 do Regimento Interno, dada a nova composição dos Partidos com assento nesta Casa, fez novos cálculos para composição e representação partidária nas Comissões técnicas, conforme o que se segue (Lê):

PDT (11) - Algaci Túlio, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Joel Coimbra, Luiz Carlos Martins, Antonio Belinati, Luiz Carlos Zuk, Luiz Accorsi, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Valdir Rossoni.

PSDB (10) - Albanor Gomes, Antonio Annibelli, Beto Richa, José Maria, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Edson Silva Lino, Jocelito Canto, Ricardo Chab, Sérgio Spada.

PMDB (10) - Durval Amaral, Cleiton Kielse, José Tavares, Caíto Quintana, Luiz Cláudio Romanelli, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Renato Adur, Sâmis da Silva, Toti Colaço.

PTB (07) - Anibal Khury  
Eduardo Trevisan, Luiz Carlos Alborghetti, Hermas Brandão, Marquinhos Alves, Geraldo Cartário.

- PPB (06) - Duílio Genari, Neivo Beraldin, Irondi Pugliesi, João Techy Filho, César Seleme, Augustinho Zucchi.
- PFL (05) - Basílio Zanusso, Élio Lino Rusch, Nelson Garcia, Reny Borsatto, Plauto Miró Guimarães.
- PT (05) - Ângelo Vanhoni, Péricles Mello, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Irineu Colombo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
15 MEMBROS

PDT	11	3,06	3
PSDB	10	2,77	3
PMDB	10	2,77	3
PTB	07	1,94	2
PPB	06	1,66	2
PFL	05	1,38	1
PT	05	1,38	1

COMISSÕES COM 7 MEMBROS - AS OUTRAS COMISSÕES PERMANENTES E AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.

PDT	11	1,42	1
PSDB	10	1,29	1
PMDB	10	1,29	1
PTB	07	0,90	1
PPB	06	0,77	1
PFL	05	0,64	1
PT	05	0,64	1

COMISSÕES ESPECIAIS COM 5 MEMBROS

PDT	11	1,02	1
PSDB	10	0,92	1
PMDB	10	0,92	1
PTB	07	0,64	1
PPB	06	0,55	1
PFL	05	0,46	0
PT	05	0,46	0

Informamos aos Senhores Líderes com assento nesta Casa de Leis que deverão indicar os membros para as Comissões Permanentes até a próxima segunda-feira dia 4 de março. Esgotado este prazo a Presidência de acordo com o inciso 14, art. 19 do Regimento Interno fará as indicações.

A respeito da Lei n° 11.253 que autoriza venda e caução das ações da COPEL, esta Presidência quer salientar aos Senhores Deputados, principalmente ao Deputado Ângelo Vanhoni que ocupou a tribuna há poucos minutos, o § 4° da Lei: "As operações debêntures que trata este artigo, de-

verão ser acompanhadas por 5 membros do Poder Legislativo, designados pelo Presidente".

Já foram designados pelo ato 1/96 os Deputados: Nelson Justus, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Valdir Rossoni e Duílio Genari para compor esta Comissão. Esta Comissão terá poderes para investigar e inclusive informar à Assembléia sobre a tramitação da venda ou da caução das ações da COPEL. Aí, então, conforme for o relatório, a Mesa tomará as providências necessárias.

Sobre a mesa, projeto de decreto legislativo, de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury, Luiz Carlos Martins e Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Techy, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 06 (seis), de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Sobre a mesa, Requerimentos n°s. 058 e 059, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 001, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

va.

Requerimento n° 004, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 005 a 010, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 011, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 012, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimentos n°s. 002 003 e 013, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 014 a 018, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 019, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 061, de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana e Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 023, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 024 a 027 e 048, 049 e 051, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 050, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 045 e 046, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 052 e 053, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Acho desnecessária esta discussão, nobre

Deputado, porque o Governador, pelo que me consta, está enviando a carta hoje.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, está enviando a carta para a Assembléia, para a Presidência, para os demais Deputados, não vejo razão para que seja solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 054, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Não recebido pela Mesa.**

O requerimento contraria dispositivo regimental. Só poderá vir acompanhado do Secretário que deveria ser convocado.

**Arquive-se.**

Requerimentos n°s. 020 a 022, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 055, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 040, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 041 a 044, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 060, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. JOCELITO CANTO - Verificação de votação, Sr. Presidente.

Está duvidosa a coisa aqui, Sr. Presidente. Este é o Paraná dos Novos Caminhos. A transparência, Sr. Presidente. Está faltando até carteira nas escolas e o Secretário não quer vir aqui explicar. Esse é o cidadão nota cinqüenta.

#### Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra o Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, inscrito.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.  
Na verdade quem deveria vir a esta



tribuna aqui dar explicações pessoais é o Presidente da COPEL, que de forma desrespeitosa negou-se a receber uma comissão de Deputados aqui desta Casa. Deputado Trevisan, Deputado Ângelo Vanhoni, Deputado Caíto Quintana, Deputado Colombo, que foram acompanhados de membros da sociedade civil, para que ele pudesse explicar o tarifação que deu nas contas de energia do nosso Estado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejava fazer um simples aparte ao Deputado Vanhoni, e gostaria desta tribuna, porque tantas mentiras aqui são ditas e essencialmente por aqueles que defendem este Governo que é seguramente um Governo que está voltado aos interesses do grande capital. E não é nenhum outro veículo de comunicação senão o insuspeito "O Estado de São Paulo" que traz hoje, Sr. Presidente, na coluna "Informe", hoje dia 26/02 uma matéria muito interessante que ajuda a esclarecer, a elucidar, o que é de fato está por trás, Deputado Jocelito, da venda das ações da COPEL.

Vejam bem os Senhores, vou ler aqui, a matéria do "Informe" (Lê):

"Depois que o governo de Minas recuou e avisou que não pretende privatizar sua empresa de energia elétrica, a CEMIG, o programa do BNDES para os Estados vai de ritmo mais lento. Governadores que estavam em negociação com o BNDES deram um passo atrás por pressão de suas Bancadas Estaduais. A experiência de Minas criou problemas para outros Estados, disse ontem um Governador que está em negociação com o banco.

A proposta do BNDES aos Estados é tentadora, ele antecipa o dinheiro relativo à parte das ações de empresas estaduais com o compromisso do governo, de num prazo determinado encaminhá-la à privatização, nessa época de escassez de recursos, praticamente todos os Estados toparam entrar na onda da privatização, é uma forma de engordar os anêmicos caixas estaduais, para evitar recuo dos Estados, o BNDS está pedindo aos Governadores, autorização prévia da Assembléia Legislativa, nos casos em que as empresas estaduais não tenham as suas ações na Bolsa. O Presidente do BNDS, Luiz Carlos Mendonça de Barros, não admite que houve recuo de Minas. Tenho convicção, diz o Presidente, de que o SEMIG será privatizada ainda neste Governo, que tenta evitar a reação dos outros Estados. A meta do Governo é privatizar todo o setor de distribuição de energia nos próximos 5 anos."

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, também é insuspeita a "Folha de São Paulo" de hoje, dos analistas que consideram o preço da LIGHT, da Empresa de

Energia do Rio de Janeiro, alto. E diz que o Governo Federal, a quem a LIGHT pertence estabeleceu um preço mínimo de 3,7 bilhões para o leilão da privatização e ao mesmo tempo elenca aqui, na verdade com informações que foram prestadas pelo BNDS, elenca as empresas do setor elétrico que são privatizáveis, e entre elas cita a COPEL, com um valor de mercado de 2 bilhões e 54 milhões, como valor global da COPEL, das ações, Deputado Rossoni, e coloca como pouco atrativas ou uso o termo baixa atratividade de investimento a ação da COPEL.

Por isso, Sr. Presidente, V.Exa que ao longo de sua vida parlamentar tem sido seguramente uma referência na defesa do interesse público, há de se somar àqueles que lutam, para que esse Governo, venha às claras debater se quer ou não, e se quer privatizar a COPEL, o faça às claras sem subterfúgios, sem praticar ações que são lesivas ao interesse público porque este tarifação só é explicável, se o governo tiver uma estratégia de aumentar e muito a sua receita, Deputado Rossoni e fazer a recompra das ações que ele está vendendo a um preço vil.

Há de se explicar seguramente porque é que o consórcio americano que quer fornecer, que é formado por empresas argentinas, entrou com recurso administrativo, no fornecimento das pontes rolantes da Usina de Caxias, fazendo graves acusações, em relação à concorrência que está sendo dirigida a um outro consórcio de empresas, inclusive empresas paranaenses.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o governo tem que vir a esta tribuna explicar, por que é que quer dar 55% a Usina de Caxias que está em construção, que é uma concessão que foi dada em 83 para a COPEL, 55% desta usina seja transferido a um grupo privado.

O governo deve sim, explicações a esta Casa e ao povo do Paraná, no subterfúgio que está encontrando para privatizar a COPEL e vem aí, Deputado Albanor, também aí um pacote de privatização do sistema de produção de água da Companhia de Saneamento do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 038/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs. 041, 137, 156 e 335/95.

Levanta-se a sessão.

# Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA EM REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO WALMOR TRENTINI, EM SESSÃO DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1996.

"REVISTA DOS EUA DESTACA AS AÇÕES DE CURITIBA

Jornal Gazeta do Povo

Artigo assinado por Jornalista colaborador da 'Time' aponta a Capital do Paraná como protagonista de 'rara História de sucesso'.

Curitiba mereceu destaque especial na última edição da revista norte-americana 'Foreign Affairs'. A publicação, considerada a mais influente no campo das relações internacionais, traz um artigo assinado por Eugene Linden, colaborador da Time, a mais importante revista dos Estados Unidos. É ele quem indica a capital do Paraná como protagonista de uma 'rara história de sucesso' no mundo moderno.

A afirmação de Linden surge após a avaliação das dificuldades vividas por moradores de cidades da África e da América Latina. Ele considera os problemas ambientais e socio-econômicos de municípios localizados nestas regiões e contrapõe casos e práticas que implicam na deterioração da qualidade de vida, com os investimentos feitos em Curitiba para promoção social e valorização do cidadão.

Pouco antes de citar Curitiba, em trecho do texto intitulado 'cidades de esperança', o autor da matéria lembra que, nos países pobres, as cidades convivem com impedimentos de ordem econômica e, na maioria das vezes sofrem com o dilema de ter que adotar soluções modernas sem dispor de capital suficiente para isso. 'Diante da limitação de recursos, uma alternativa de destaque é o Ligeirinho, desenvolvido para fazer o transporte público em Curitiba, no Brasil', aponta Linden.

Em detalhes, ele define os ônibus que fazem as chamadas linhas diretas, relaciona as vantagens para os usuários, descreve a possibilidade do embarque em nível, a capacidade e o conforto dos veículos. Compara o sistema ao metrô tradicional e mostra que, com equivalência de vantagens, a solução adotada na capital do Paraná pode ser muito mais barata que as linhas subterrâneas e, portanto, muito mais adequada às cidades de países em desenvolvimento.

Em sua matéria, Linden comenta que Curitiba vem se firmando como exemplo e centro das esperanças para as cidades do mundo desenvolvido, apresentando 'renda média anual em torno de US\$ 2 mil e um leque de equipamentos e serviços que muitas cidades de Primeiro Mundo falham ao oferecer'. 'Curitiba criou centros para crianças de rua e um inovador programa que faz com que os habitantes dos bairros pobres possam trocar lixo por vegetais frescos', relata o jornalista.

Diante de tanta criatividade, ele questiona qual o diferencial da cidade e, sem muita demora, apresenta resposta para sua própria pergunta, afirmando, com convicção, que a 'qualidade das lideranças' e a continuidade administrativa são as grandes responsáveis pelo sucesso de Curitiba.

A matéria faz referência especial ao prefeito Rafael Greca e ao Governador Jaime Lerner e os coloca no 'time dos tecnocratas idealistas' que, com sua 'experiência urbanística', vêm orientando o crescimento da cidade desde os anos 70. Segundo Linden, município e estado agora estão para administrar questões importantes como a migração desenfreada, que hoje representa uma ameaça para o sucesso de cidades situadas em países pobres.

A matéria do 'Foreign Affairs' termina com mais uma menção a Curitiba e o jornalista afirma que relatos sobre a cidade são sempre úteis, especialmente num ano em que o mundo terá a oportunidade de discutir os problemas de desenvolvimento das cidades na conferência que a ONU promove em Istambul, em junho próximo."